

# **Demonstrações Financeiras Anuais Completas**

## **Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.**

31 de dezembro de 2019

com Relatório dos Auditores Independentes

- Relatório da Administração
- Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
- Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.
- Parecer do Conselho Fiscal

## VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

## 1. Sobre a Companhia

### 1.1 Aos Acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Este relatório deve ser analisado em conjunto com as demonstrações financeiras e seus anexos.

### 1.2 Mensagem do Diretor Presidente

Desde que assumiu a administração dos 681 km que conectam 27 municípios baianos, a VIABAHIA realizou R\$ 1,93 bilhão em investimentos que resultou em duplicações, construções de 35 passarelas, viadutos e recuperação de pavimento e garantiu desenvolvimento para a região. Foi também durante este período — em 2016 — que a ROADIS assumiu a concessão e potencializou as tentativas junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em prol da revisão contratual baseada na situação macroeconômica do país, conforme previsto na cláusula 16.5.1 do contrato de concessão.

A falta da revisão tem gerado impactos diretos na operação da concessionária devido a vários fatores, entre os quais está a crise econômica vivida pelo Brasil nos últimos anos. Apesar de todas as dificuldades, a VIABAHIA segue avançando. Segundo a pesquisa anual da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), nossas rodovias foram classificadas como boa e/ou ótima. Outro destaque positivo é que chegamos ao final de 2019 com adiantado processo para obtenção da certificação ISO 39001, de Gestão de Segurança Viária. Seremos a primeira concessionária federal de rodovias a ter um padrão internacional de segurança viária. Isto é mais do que garantir uma boa viagem. É garantir vidas.

Devido ao atraso da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT na promoção do reequilíbrio previsto contratualmente, a VIABAHIA ingressou em 03 de setembro de 2019, com o processo de Arbitragem e Mediação na Câmara de Comércio Brasil Canadá – CAM-CCBC. O procedimento arbitral tem como objetivo o aprimoramento contratual e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. É esperado que o processo seja finalizado até ao final de 2021.

Entendemos que a revisão do contrato é a melhor saída para as comunidades, para o Estado da Bahia, para o Brasil e para a concessionária neste momento e garante que está fazendo tudo o que está ao seu alcance para chegar a um acordo amigável para a revisão e continuidade da concessão, pois essa é a única solução para atender o interesse público e, sobretudo, dos usuários, reduzindo o período de espera para a retomada dos investimentos.

Por fim, agradecemos aos nossos colaboradores, parceiros, poder público e acionistas, pela confiança e busca pelos resultados, por uma gestão cada vez mais eficiente e de qualidade para que, cada vez mais, proporcione segurança nas rodovias sob nossa responsabilidade.

### 1.3 Introdução

A VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A foi constituída em 11 de maio de 2009, após o Consórcio RODOBAHIA ter logrado êxito no leilão referente ao Edital nº 001/2008, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Como sociedade de propósito específico (SPE), a VIABAHIA tem como objetivo exclusivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário (descrito na tabela abaixo), pelo prazo de 25 anos, obtendo remuneração mediante cobrança de Tarifa de Pedágio e outras fontes de receitas de acordo com os termos definidos no Contrato de Concessão.

Rodovia	Referência de Início do Trecho Concedido	Referência de Fim do Trecho Concedido	Extensão
Rodovia Santos Dumont / BR-116/BA	Limite do Município de Feira de Santana/BA	Divisa estadual BA/MG	554,1km
Rodovia Eng. Vasco Filho / BR-324/BA	Limite do Município de Salvador/BA	Limite do Município de Feira de Santana/BA	113,2km
BA-526	Entrada BR-324	Entrada BA-528	9,3km
BA-528	Entrada BA-526	Acesso à Base Naval de Aratu	4,0km

Os referidos trechos foram efetivamente concedidos a partir de 20 de outubro de 2009 mediante assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) transfere o sistema rodoviário e o inventário da rodovia à Concessionária.

Em 2015, iniciaram-se as negociações entre o Grupo Isolux Corsán, acionista majoritária da Companhia à época, e a PSP Investments, um dos maiores fundos de pensão do Canadá, pela aquisição do braço responsável pelo desenvolvimento e gestão de projetos de concessão rodoviária com presença geográfica em 5 países, ao qual a VIABAHIA pertencia. No mesmo ano, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovaram formalmente a transferência do controle acionário indireto na Companhia, fazendo com que os 80,8% pertencentes à Isolux fossem transferidas para o controle da PSP. Em 21 de janeiro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT anuiu proposta de alteração societária, vindo a ser concretizada em 29 de abril de 2016, com a constituição da ROADIS Transportation, veículo da PSP Investments para investimentos em ativos de concessão rodoviária e ferroviária.

Atualmente, a PSP Investments é a única acionista da ROADIS Transportation, que por sua vez detém 94,7% do capital social da VIABAHIA.

Em 03 de setembro de 2019, foi protocolado no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá – CAM-CCBC a instauração de procedimento arbitral contra a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres. O pedido de instauração visa solucionar controvérsia fundada no contrato de concessão através do Edital nº 001/2008. O procedimento arbitral tem como objetivo o aprimoramento contratual e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Pouco tempo antes, em 22 de agosto de 2019, foi concedida pela 3ª Vara Federal Cível da SJDF a medida acautelatória nº 1023220-63.2019.4.01.3400, com fundamento no art. 22-A da Lei nº 9.307/96, para: i) assegurar que, até a apreciação dos conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual pelo juízo arbitral e/ou até a apreciação do pleito de revisão contratual (quinquenal), a ANTT mantenha as mesmas bases econômico-financeiras contratuais, incluída a condição tarifária, sem nova redução; ii) se abstenha de aplicar penalidades administrativas e contratuais atreladas a obrigações de investimento, inclusive a de caducidade, respeitado o poder de fiscalização sobre a exploração do serviço delegado; e iii) se abstenha de impor obrigações à concessionária que estejam atreladas aos investimentos previstos no contrato de concessão.

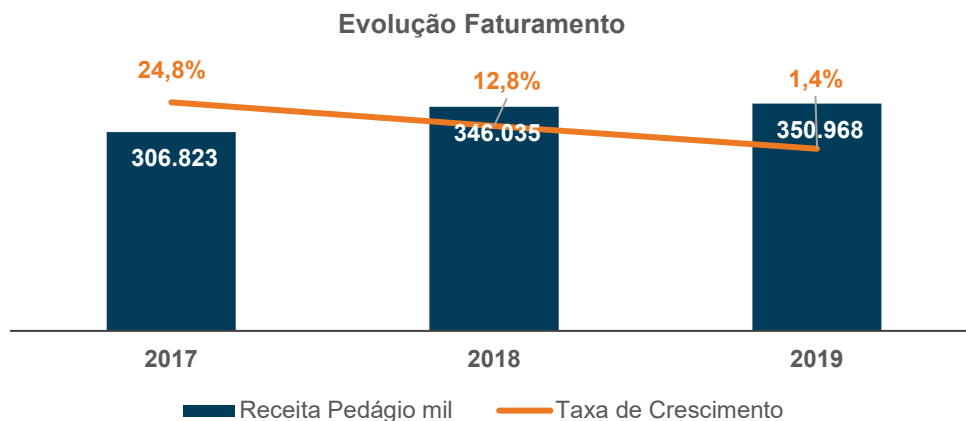
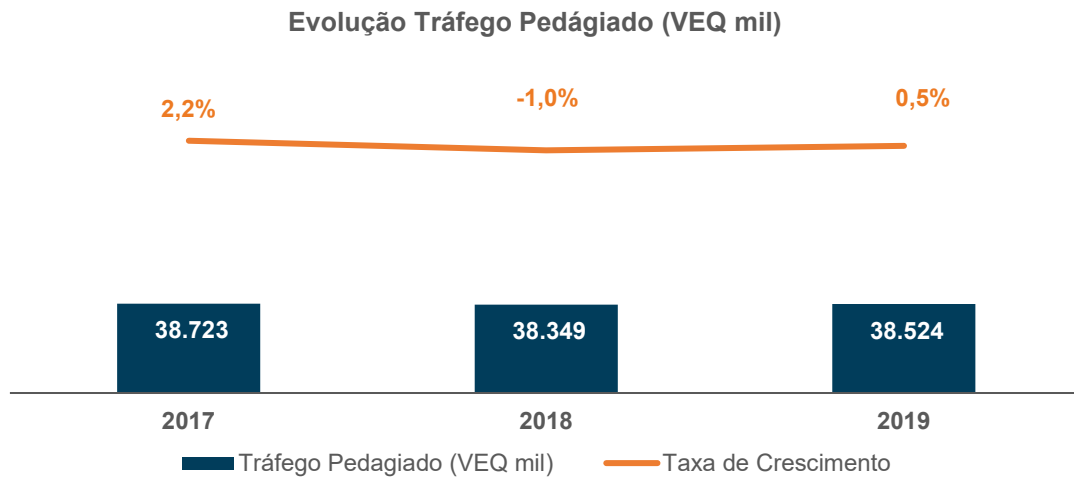
## 2. Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela VIABAHIA Concessionaria de Rodovias S/A são definidas pelo contrato de concessão, observando a variação do IPCA e o equilíbrio econômico financeiro do contrato. Atualmente, as tarifas de pedágio cobradas nas praças de pedágio localizadas nas rodovias BR-324 e BR- 116 correspondem a R\$ 2,90 e R\$ 5,10, respectivamente.

Destaca-se que, em 22 de agosto de 2019, foi concedida pela 3ª Vara Federal Cível da SJDF a medida acautelatória nº 1023220-63.2019.4.01.3400, conforme destacado na Introdução deste relatório, a qual assegura a manutenção das bases econômico-financeiras contratuais, incluída a condição tarifária até a apreciação dos conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual pelo juízo arbitral e/ou até a apreciação do pleito de revisão contratual (revisão quinquenal).

Em 2019, registrou-se 38,5 milhões de veículos pedagiados contra 38,3 milhões registrado em 2018, nas sete praças de pedágios nas BR-324/116 um aumento de 0,5%.

A Receita com a exploração de pedágio da Companhia foi de R\$ 350,9 milhões, comparado ao ano 2018, R\$ 346.0 milhões, houve um aumento de 1,4%, decorrente do aumento do tráfego.



### 3. Investimentos

A Companhia iniciou em 2019 o 10º ano do seu contrato de concessão com a Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT e, apesar da ausência de desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e queda da economia dos últimos anos, vem realizando investimentos em trabalhos de recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações, desenvolvendo projetos de ampliação e melhorias operacionais assim como obras de duplicação obrigatórias, construção de passarelas, terraplenos, estruturas de contenção e implantação de fibra óptica, em 681 km da rodovia. O total de investimentos realizados até dezembro de 2019 foi de R\$ 1.866.785, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, e em obras de duplicação na rodovia. No ano de 2019, foram investidos R\$ 75,1 milhões (R\$ 23,0 milhões em 2018). Destacamos, como principais investimentos, a entrega dos 9 km da duplicação obrigatória. Assim, finalizamos os 76 km da obrigação referente aos trechos do Contorno Sul de Feira de Santana, BR-116 Sul e BR-324, trecho entre Feira de Santana e BA-052, trecho entre BA-052 e Santo Estevão, trecho entre Santo Amaro e BR-242 e implantação de duas passarelas na BR 116, nos Km 426 e 464.

Obras	2018	2019	%
Recuperação da Rodovia	11.258	15.134	34%
Operação da Rodovia	3.186	2.175	-32%
Ampliação da Rodovia (Duplicação)	8.610	57.820	>100%
<b>Total</b>	<b>23.053</b>	<b>75.130</b>	<b>&gt;100%</b>

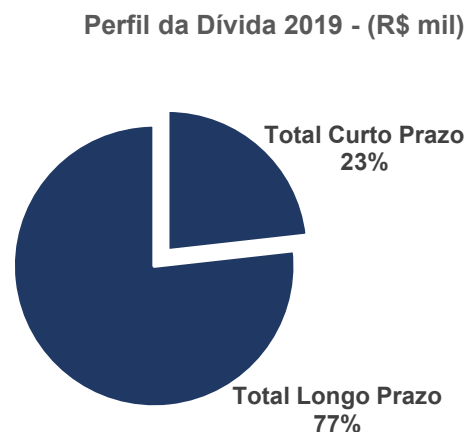
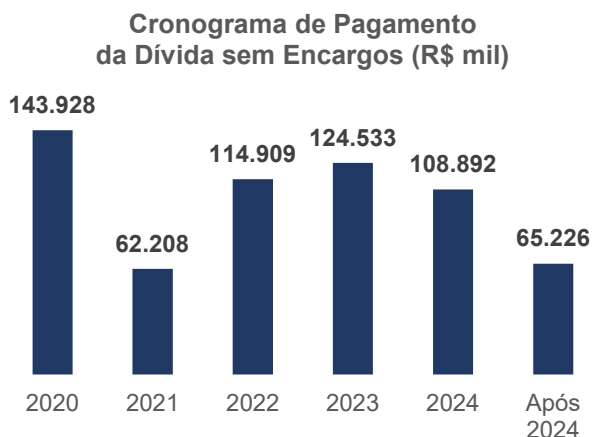
### 3.1 Captação de Recursos

Para viabilizar os investimentos e aquisições de ativos operacionais, a Concessionária, em 9 de agosto de 2018, celebrou com o BNDES Instrumento Particular de Acordo de Suspensão Temporária de Exercício de Direitos e Outras Avenças (“Standstill”), através do qual foi acordado a suspensão do pagamento das próximas 12 (doze) prestações do valor de principal do contrato de financiamento mantido entre a Companhia e o BNDES. O pagamento das parcelas programadas para o período compreendido entre setembro de 2018 e agosto de 2019 foi suspenso, totalizando montante total equivalente a R\$ 54,6 milhões.

Em setembro de 2019, VIABAHIA retomou o pagamento das parcelas de principal conforme cronograma previsto no contrato de financiamento. A liquidação dos 54.6 milhões referentes às parcelas de principal suspenso está previsto para acontecer em 15 de maio de 2020. A VIABAHIA e o BNDES, conjuntamente, adentraram negociações para reprogramar tal liquidação dado que a revisão do contrato de concessão da VIABAHIA permanece sem conclusão até 31 de dezembro de 2019.

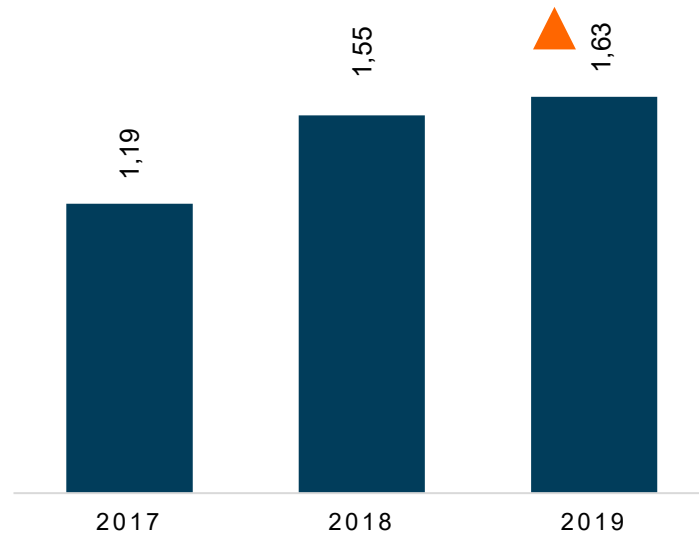
Condizente com outras empresas do setor, a Administração da Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. Atual estrutura de financiamento pode ser demonstrada com os seguintes quadros abaixo:

Banco	Taxas de Juros	Saldo em Dez 2019
BNDES	TJLP + 2,16%	494.014
HAITONG	TJLP + 5,20%	47.458
Votorantim	TJLP + 5,55%	46.538
ABC Brasil	TJLP + 5,30%	31.686
<b>Total Saldo Dívida Financeira</b>		<b>619.696</b>



Obs.: Em maio de 2020, serão pagas as 12 parcelas de principal suspensas (“Standstill”), no valor aproximado de R\$ 54,6 milhões.

## EBITDA X COBERTURA SERVIÇO DA DÍVIDA



O indicador acima demonstra a capacidade de pagamento do financiamento contratado pela VIABAHIA. O índice em 2019 foi de 1,63x comparado a 1,55x de 2018. A melhora no indicador é decorrente da suspensão do pagamento das prestações do principal do contrato (“Standstill”).

Em 9 de agosto de 2018, onde a Companhia celebrou, com o BNDES, Instrumento Particular de Acordo de Suspensão Temporária de Exercício de Direitos e Outras Avenças, através do qual foi acordado a suspensão do pagamento de 12 (doze) prestações do valor de principal do contrato de financiamento mantido entre a Companhia e o BNDES, no período compreendido entre 15/09/2018 e 15/08/2019.

O montante de R\$ 54,6 milhões referente as parcelas suspensas no período acima mencionado estão programadas para serem liquidadas em 15/05/2020.

A Administração vem negociando com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) os termos e características do financiamento aprovado em 21 de novembro de 2012 no montante total de R\$ 1.369,3 milhões, cujos desembolsos foram temporariamente suspensos em meados de 2016. Os desembolsos efetuados diretamente pelo BNDES e pelos bancos repassadores, até 31 dezembro 2019, totalizaram R\$ 847,2 milhões, dos quais 30% já foram amortizados. A Companhia está aguardando a conclusão do processo da Revisão Quinquenal para junto com o BNDES ajustar à liberação de recursos para retomar investimentos de grande porte.

## 4. Valor Adicionado

Em 2019, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 90,0 milhões, representando 20,91% da Receita Operacional Bruta, o que representa uma redução de 18,3% em relação ao valor adicionado líquido de 2018, equivalente a R\$ 110,2 milhões representado por 29,58% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

### 4.1 Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas está garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. No exercício de 2019, foi apurado prejuízo no montante de R\$ 48.8 milhões e não haverá distribuição de dividendos.

## 5. Planejamento Empresarial

Além da revisão quinquenal do contrato, os planos da Administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso, a Administração busca a contínua eficiência operacional e conseqüentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente, as projeções de mercado, tendo como pano de fundo as reformas econômicas e o resultado econômico registrado em 2019, indicam tendências positivas no cenário econômico, com conseqüente impacto positivo no tráfego da rodovia, conjuntamente a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, permitirão à Companhia aumentar suas receitas e, conseqüentemente, seu resultado operacional. Simultaneamente, a Administração concentrará parcela significativa dos seus esforços em 2020 no processo arbitral instaurado junto da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) frente a ANTT com o objetivo de aprimorar o contrato de concessão e reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro. Destacamos também a renovação até 2028 do benefício fiscal de 75% sobre IR, calculado com base no lucro da exploração, conforme laudo constitutivo 0173/2019 emitido pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

Ainda dentro do planejamento empresarial a Administração está acompanhando os efeitos do Corona Vírus, “Covid-19” que foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos.

Face ao cenário apresentado, a Companhia irá manter o monitoramento constante sobre a evolução do tema para verificar possíveis impactos relevantes nas suas operações.

### 5.1 Gestão pela Qualidade Total

A companhia possui certificação das normas ISO 9001 e ISO 14001, que foram renovadas em 2020 por empresas de auditoria externa. Em janeiro 2020, a VIABAHIA obteve a Certificação ISO 39001 de Segurança Viária, uma das mais respeitadas certificações do mundo.

A certificação reforça o compromisso que a VIABAHIA tem em melhorar continuamente seus processos conforme exigências das normas, como melhorar suas ferramentas e métodos de gestão, atendendo às diretrizes de sua Política de Qualidade e Meio Ambiente.

A Companhia utiliza o Sistema de Gestão Integrado (SGI), com o objetivo de garantir a qualidade da infraestrutura e dos serviços, buscando ser referência, no gerenciamento rodoviário do Nordeste, através da modernização das rodovias sob sua concessão, proteção do meio ambiente, adoção de padrões de qualidade, segurança e conforto que atendam aos interesses das partes relacionadas.

## 6. Recursos Humanos

A Gestão de Talentos Humanos foi implantada em maio 2015 na VIABAHIA, que tem como premissa desenvolver e promover o desempenho eficiente do seu efetivo, de modo que através da nossa empresa, às pessoas alcancem os seus objetivos individuais, relacionados direta ou indiretamente com o trabalho. Desejamos que nossos colaboradores estejam realizados e satisfeitos no que fazem e almejem o desenvolvimento de carreira na organização, buscando o alinhamento de futuro de cada integrante ao futuro da empresa. Temos como diretrizes básicas o respeito, a valorização e reconhecimento das pessoas, assegurando a produtividade em níveis crescentes, mantendo um ambiente de trabalho que valorize a competência e estimule o autodesenvolvimento, atendendo os anseios do colaborador quanto à segurança e a preservação da saúde no ambiente de trabalho. Buscamos que nossos talentos sejam considerados

elementos importantes e estratégicos para a manutenção e crescimento da organização, investindo na retenção das nossas pessoas, pautando-se por princípios éticos e legais.

Na busca constante pela retenção dos nossos talentos, visamos anualmente ações motivacionais que possam vincular nossas pessoas a satisfação de trabalharem na VIABAHIA. Dentre as ações de sucesso em destaque, temos o Short Friday e Home Office.

A Companhia trabalha continua e ativamente no desenvolvimento dos seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2019, ocorreram diversos treinamentos, destacando-se: Gestão de Risco Corporativo e Controle Interno, Gestão de Obras, além dos treinamentos de Multiplicadores Internos, tais como Power BI e Formação de Auditor Interno.

Seguem abaixo os dados quantitativos de treinamentos:

<b>Treinamentos em Números</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Turmas	236	145	134
Horas de Treinamento	5.043,9	5.246	4.575
Participações	663	702	444
Horas Por Trabalhador	7,6	7,5	10,3

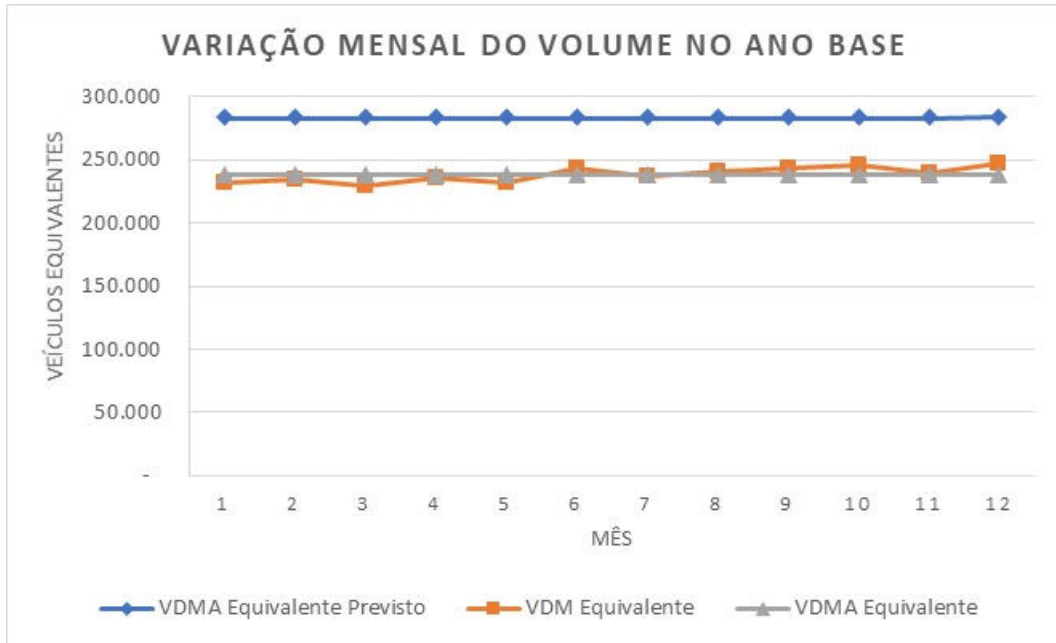
## 7. Indicadores Operacionais

Como já informado a Companhia utiliza o Sistema de Gestão Integrado (SGI), com o objetivo de garantir o compromisso da concessionária com a qualidade da infraestrutura e dos serviços, buscando ser referência, no gerenciamento rodoviário do Nordeste, através da modernização das rodovias sob sua concessão, proteção do meio ambiente, adoção de padrões de qualidade, segurança e conforto aos usuários. Destacamos que ao longo dos trechos concessionados, existem quinze (15) bases de Serviço de Atendimento ao Usuários (SAUs), equipadas com banheiros adaptados a portadores de necessidades especiais, de onde o usuário pode solicitar atendimento médico e mecânico de emergência havendo necessidade. Nosso time de operações permanece disponível 24 horas por dia para prestar todo tipo de apoio operacional que o usuário venha a necessitar, contando com a mais completa lista de equipamentos, que contam com guinchos leves, guinchos pesados, unidades de atendimento pré-hospitalar, unidades de apoio paramédico, caminhões de combate a incêndio, veículos especiais para captura que prestam apoio na remoção de animais ao longo de toda a rodovia.

### 7.1 Caracterização do Tráfego

A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês de 2019, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente, assim como o volume diário médio equivalente previsto na proposta.





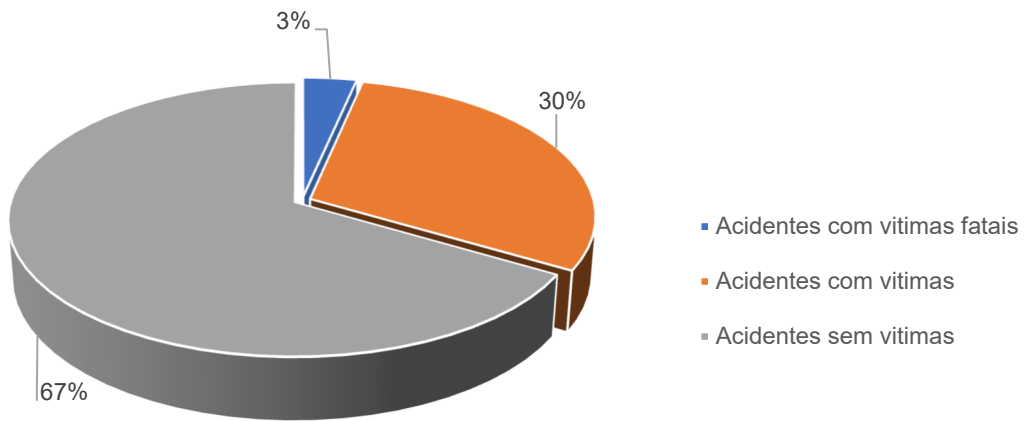
## 7.2 Segurança no Trânsito

No exercício de 2019, foram registrados 2.789, acidentes ao longo da rodovia, uma diminuição de 0,25% em relação ao ano de 2018, conforme dados abaixo:

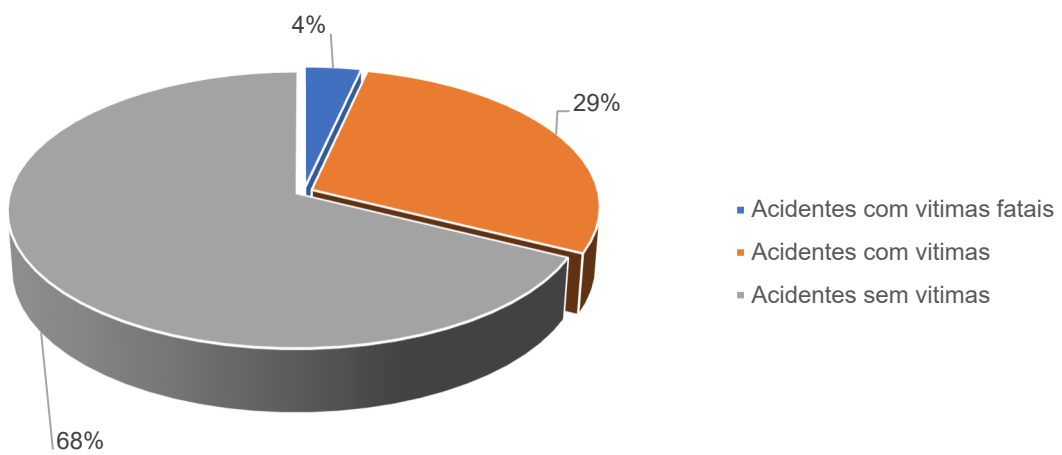
Gravidade de Acidentes	2018	2019
Acidentes com vítimas fatais	99	95
Acidentes com vítimas	805	836
Acidentes sem vítimas	1.892	1.858
<b>Total de Acidentes</b>	<b>2.796</b>	<b>2.789</b>

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidades de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

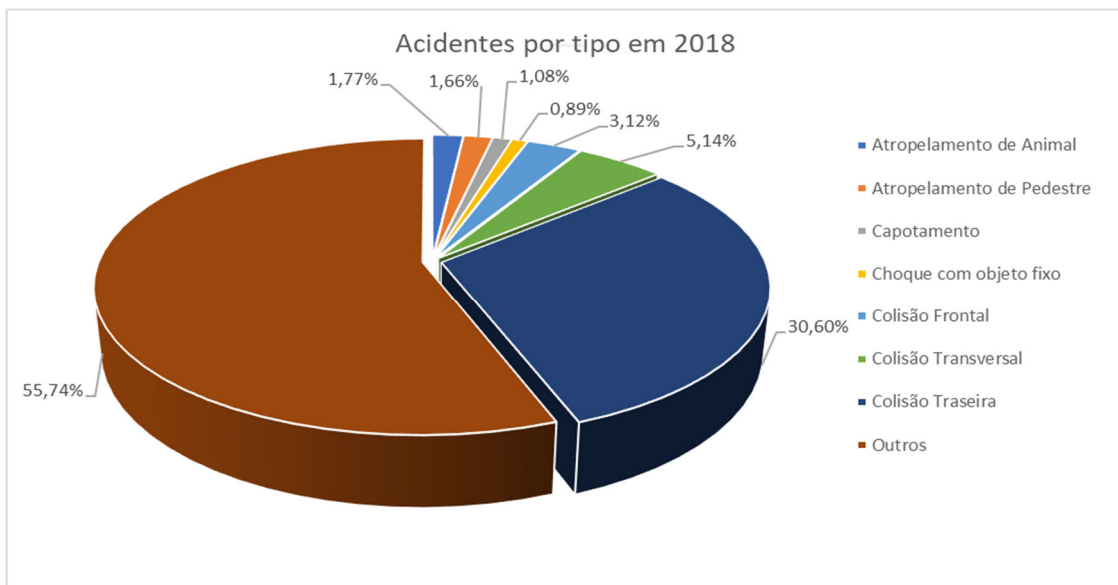
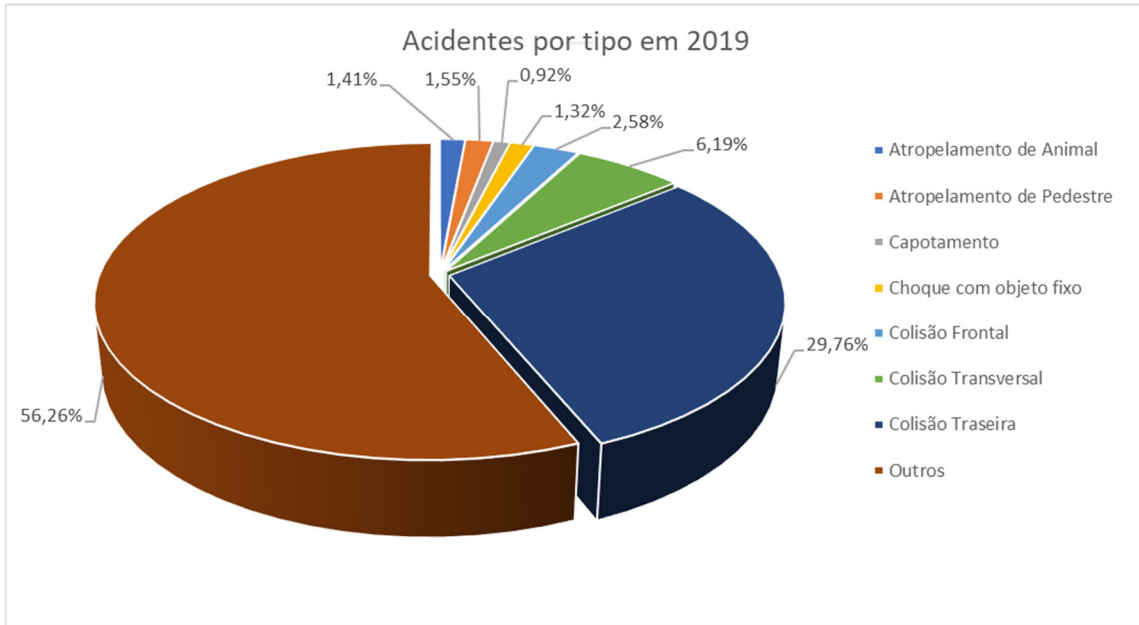
Percentual de acidentes por gravidade em 2019



Percentual de acidentes por gravidade em 2018



A figura apresenta o valor do percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



## 8. Dados da Operação da Concessão

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre as Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

### Veículos alocados na Concessão

Tipo de Veículos	Quantidade	Qtde/100km
Guincho Leve	11	1,62
Guincho Pesado	4	0,59

Veículo de Combate Incêndio	3	0,44
Veículo de Captura de Animal	3	0,44
Ambulância Simples (UR)	14	2,06
Ambulância UTI (USA)	1	0,15
Viatura de Inspeção de Tráfego	25	3,67
<b>Total de Veículos Operacionais</b>	<b>61</b>	<b>8,97</b>
Segurança do Trabalho	3	0,44
Faixa de Domínio	5	0,73
Administração	27	3,97
Pedágio	3	0,44
Manutenção	12	1,76
Caminhão	2	0,29
Conservação	11	1,62
<b>Total de Veículos de Apoio</b>	<b>63</b>	<b>9,25</b>
<b>Total de Veículos</b>	<b>124</b>	<b>18,22</b>

## 9. Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

### Empregados alocados na Concessão

Empregados por função	Quantidade	Qtde/100km
Medico *	7	0,58
Enfermeiro *	4	0,33
Resgatista *	126	10,50
Guincho Leve *	37	3,08
Guincho Pesado *	13	1,08
Veículo Combate Incêndio*	7	0,58
Captura de Animal *	7	0,58
Inspetor de Tráfego	57	4,75
Supervisor de Tráfego	1	0,08
Gerencia de operações	2	0,17
Assist. Ger. Operações	1	0,08
Técnico Operacional	24	2,00
Auxiliar CCO	18	1,50
Operador CCO	10	0,83
Coordenador CCO	1	0,08
Supervisor Fax. Domínio	1	0,08
Coordenador Fax. Domínio	1	0,08
Analista Fax Domínio	1	0,08
Auxiliar Fax. Domínio	4	0,33
Conservação	22	1,83
<b>Total de Pessoal Operacional</b>	<b>344</b>	<b>28,67</b>
Coordenador de Pedágio	3	0,25
Controlador de Pedágio	27	2,25

Arrecadador	302	25,17
Assistente de Pedágio	9	0,75
<b>Total de Pessoal Pedágio</b>	<b>341</b>	<b>28,42</b>
<b>Total de Pessoal</b>	<b>685</b>	<b>57,10</b>

\* Funcionários Terceirizados

## 10. Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados. Individualizar por natureza de receita.

### 10.1 Receitas em (R\$ milhares)

	<b>Em 2019</b>	<b>Acumulado</b>
Receita de Pedágio	350.968	2.335.679
Receita Extraordinária	3.037	19.566
Receita de Construção	76.633	1.940.605
	<b>430.638</b>	<b>4.295.850</b>

### 10.2 Investimentos em (R\$ milhares)

	<b>Em 2019</b>	<b>Acumulado</b>
Recuperação da Rodovia	15.134	970.346
Operação da Rodovia	2.175	105.106
Ampliação da Rodovia	57.820	791.333
	<b>75.130</b>	<b>1.866.785</b>

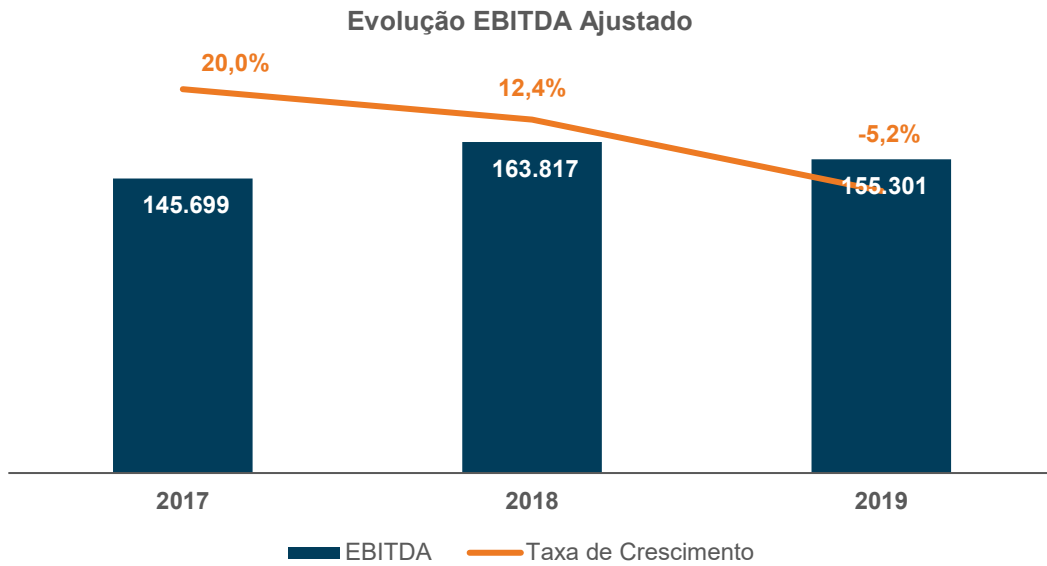
### 10.3 Custos Operacionais (R\$ milhares)

	<b>Em 2019</b>	<b>Acumulado</b>
Conservação da Rodovia	55.068	236.400
Provisão para Manutenção	2.622	2.673
Operação da Rodovia	72.549	566.674
Monitoração da Rodovia	487	10.418
Custo de Construção	75.130	1.866.785
Depreciação e amortização	134.199	610.518
	<b>340.055</b>	<b>3.293.468</b>

## 10.4 Desempenho Econômico-Financeiro

Demonstrativo de Resultado (R\$ mil)	2017	2018	2019	Var% 19/18
Receita Operacional Bruta Incluindo a Receita de Construção (IFRS)	329.042	372.564	430.638	15,6%
Receita Operacional Bruta excluindo a Receita de Construção (IFRS)	309.777	349.049	354.005	1,4%
- Receitas com Pedágio	306.823	346.035	350.968	1,4%
- Receitas Acessórias	2.954	3.014	3.037	0,8%
- Receita de Construção (IFRS)	19.265	23.515	76.633	>100%
Tributos sobre serviços da Operação	(26.960)	(30.376)	(30.120)	-0,8%
Receita Operacional Líquida excluindo a Receita de Construção (IFRS)	282.817	318.673	323.885	1,6%
(+) Receita de Construção (IFRS)	19.265	23.515	76.633	>100%
Receita Operacional Líquida incluindo a Receita de Construção (IFRS)	302.082	342.188	400.518	17,0%
Custos Operacionais	(233.385)	(271.056)	(340.055)	25,5%
- Custos de Manutenção	(35.895)	(42.215)	(55.068)	30,4%
- Provisão de Manutenção	(105)	54	(2.622)	>100%
- Custos de Operação	(65.509)	(71.591)	(72.549)	1,3%
- Custos de Monitoração	(581)	(309)	(487)	57,6%
- Custo de Construção (IFRS)	(18.887)	(23.053)	(75.130)	>100%
- Depreciação e Amortização	(112.408)	(133.942)	(134.199)	0,2%
Lucro Bruto	68.697	71.132	60.463	-15,0%
- Despesas Administrativas e Outras	(35.133)	(41.462)	(48.346)	16,6%
- Depreciação e Amortização	(981)	(970)	(1.083)	11,6%
EBIT	32.583	28.700	11.034	-61,6%
(+) Depreciação e Amortização	113.389	134.912	135.282	0,3%
EBTIDA	145.972	163.612	146.316	-10,6%
Ajustes	(273)	205	8.985	>100%
- Receita de Construção (IFRS)	(19.265)	(23.515)	(76.633)	>100%
- Custo de Construção (IFRS)	18.887	23.053	75.130	>100%
- Provisão de Manutenção	105	(54)	2.622	>100%
- Provisão Contingências	-	721	7.866	>100%
Valor EBITDA ajustado	145.699	163.817	155.301	-5,2%
<i>Margem do EBITDA ajustado</i>	<i>51,5%</i>	<i>51,4%</i>	<i>47,9%</i>	<i>-6,7%</i>
Resultado Financeiro Líquido	(86.146)	(98.660)	(85.316)	-13,53%
Prejuízo Antes do IR e CS	(53.563)	(69.960)	(74.282)	6,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido e Corrente	15.236	23.815	25.420	6,7%
Prejuízo do exercício	(38.327)	(46.145)	(48.862)	5,9%

- I. 1,4 % de incremento na Receita Bruta (excluindo-se Receita de Construção) 2019 comparada ao montante registrado em 2018, decorrente do aumento do tráfego.
- II. Custos e despesas apresentam evolução de 24,8 % frente aos valores de 2018, impactado principalmente por um maior gasto na recuperação e manutenção do pavimento e dispositivos rodoviários.
- III. Com a conclusão da Revisão Quinquenal e retomada de investimentos de maior magnitude, será possível otimizar os gastos com recuperação de pavimento num fator de 35% a 45%.
- IV. Resultado Operacional acumulado em 2019 5,2% inferior ao de 2018, principalmente por um maior gasto na recuperação e manutenção do pavimento.
- V. Resultado financeiro dentro do esperado, considerando-se despesa financeira de R\$ 89,4 milhões, derivada do financiamento ativo, descontando-se R\$ 4,1 milhões de juros recebidos de aplicações financeiras.



Informações de Balanço (R\$ mil)	2017	2018	2019
a. Patrimônio Líquido	718.992	672.847	623.985
b. Ativo Total	2.214.487	2.190.530	2.094.434
c. Número de ações	635.121	635.121	635.121
d. Valor patrimonial da ação	1,13	1,06	0,98
e. Média ponderada de ações	621.559	635.121	635.121
f. Resultado Líquido por ação (média ponderada)	(0,06)	(0,07)	(0,07)

### 10.5 ISS Repassados em (R\$ milhares)

Além de melhorar as condições das rodovias sob sua administração, a VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A. também contribui para o desenvolvimento dos municípios que margeiam as rodovias BR-324 – rodovia Eng° Vasco Filho e BR-116 – rodovia Santos Dumont.

Desde o início da concessão, foram repassados mais de R\$ 181,9 milhões em Imposto Sobre Serviço (ISS). A destinação dos recursos é de responsabilidade de cada administração local, que pode ser aplicado em saúde, educação ou segurança pública.

A tabela mostra o valor do ISS (próprios e de terceiros) repassados para os 27 municípios no ano base.

Município	Em 2019	Acumulado
Amélia Rodrigues	1.122	9.781
Antônio Cardoso	1.026	4.208
Boa Nova	416	3.573
Brejões	446	3.322
Candeias	857	6.540
Cândido Sales	715	4.935
Conceição do Jacuípe	194	1.356

Encruzilhada	568	4.325
Feira de Santana	2.203	19.724
Irajuba	498	4.128
Itatim	649	5.146
Jaquaguara	968	8.414
Jequié	1.360	11.284
Lafaiete Coutinho	54	156
Manoel Vitorino	525	4.059
Milagres	462	3.031
Nova Itarana	568	4.416
Planalto	522	4.684
Poções	620	4.945
Rafael Jambeiro	507	5.492
Salvador	1.506	12.788
Santa Terezinha	433	3.388
Santo Amaro	194	1.338
Santo Estevão	1.659	9.157
São Sebastião do Passé	853	6.431
Simões Filho	1.477	13.385
Vitória da Conquista	2.811	21.956
<b>TOTAL</b>	<b>23.213</b>	<b>181.960</b>

## 10.6 Tarifa de Pedágio

A tabela a seguir apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

<b>Categoria</b>	<b>Tipo de Veículo</b>	<b>BR-116</b>	<b>BR-324</b>
1	01 – Automóvel, caminhonete e furgão	R\$5,10	R\$2,90
2	02 – Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão com rodagem dupla	R\$10,20	R\$5,80
3	03 – Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	R\$15,30	R\$8,70
4	04 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	R\$20,40	R\$11,60
5	05 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	R\$25,50	R\$14,50
6	06 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	R\$30,60	R\$17,40
7	07 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	R\$35,70	R\$20,30
8	08 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	R\$40,80	R\$23,20
9	09 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	R\$45,90	R\$26,10
10	10 – Automóvel com semi-reboque e caminhonete com semi-reboque	R\$7,65	R\$4,35
11	11 – Automóvel com reboque e caminhonete com reboque	R\$10,20	R\$5,80
12	12 – Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	R\$2,55	R\$1,45



## 11. Concessionária em números

Dados anuais e por empresa	Descrição	U.M
<b>Quilômetros de rodovia</b>	680,6	Km
<b>Número de veículos que transitaram</b>		
+ Veículos Leves	24.358.477	Unid.
+ Veículos Pesados	14.657.767	Unid.
<b>Números de Praças de Pedágios</b>	7	Unid.
<b>Tarifa</b>	Vide item 10.5	
<b>Número de quilômetros mantidos</b>	680,6	Km
<b>Índice de congestionamento</b>	Por velocidade média dos veículos	
<b>Trânsito Médio Diário Equivalente</b>	109.054	Unid.
<b>Trânsito Médio Diário Anual Equivalente</b>	109.054	Unid.
<b>Equipes utilizadas pelo concessionário</b>	Vide item 9.0	
<b>Índices de qualidade de estrada</b>	Valor de Resistencia a Derrapagem (VRD)	
	Deflexão Características (DC)	
	Flecha na Trilha de roda	
	Índice de Condição de Pavimento (ICP)	
	Índice de Gravidade Global (IGG)	
	Índice de Irregularidade Longitudinal (IRI)	
	Índice de Retrorefletância	
	Macrotextura	
	Trincamento (TR)	
<b>Receita de Pedágio</b>	354	Milhões
<b>Custos associados às receitas de pedágio</b>	206	Milhões
<b>Fator Trabalho</b>		
Número de trabalhadores	598	Pessoas
Despesa com Pessoal		
+ Ordenados e Salários	24	Milhões
+ Encargos Sociais	7	Milhões
<b>Fator Capital</b>		
Despesas de Depreciação	134	Milhões
Ativo Líquido	1.952	Milhões
Ativo Bruto	2.557	Milhões
Série Histórica dos Investimentos	75,1	Milhões
<b>Fatores Intermediários</b>		
Despesa Administrativas	50	Milhões
Despesas em Conservação Manutenção	58	Milhões
Outras Despesas	(0,38)	Milhões
<b>Seguridade</b>		
Quantidade de Acidentes	Vide item 7.1.2	
<b>Indicadores</b>		
Receita por KM	520	Mil
Custo por KM	302	Mil

## VIABAHIA Concessionaria de Rodovias S/A

### BALANÇO SOCIAL 2019

(Em milhares de reais)

1) BASE DE CÁLCULO		2019		2018			
1.1 Receita Operacional Líquida (RL)		400.518		342.188			
1.2 Resultado Operacional (RO)		60.463		71.132			
1.3 Folha de Pagamento Bruto (FPB)		23.953		22.897			
2) INDICADORES SOCIAL INTERNOS		VALOR (R\$)	% FPB	% RL	VALOR (R\$)	% FPB	% RL
2.1 Alimentação		2.733	11,41%	0,68%	2.429	10,61%	0,71%
2.2 Encargos Sociais		7.434	31,03%	1,86%	6.457	28,20%	1,89%
2.3 Saúde		3.190	13,32%	0,80%	3.090	13,50%	0,90%
2.4 Segurança e medicina do trabalho		39	0,16%	0,01%	8	0,03%	0,00%
2.5 Educação e Desenvolvimento Profissional		236	0,98%	0,06%	188	0,82%	0,05%
2.6 Outros benefícios		2.895	12,09%	0,72%	761	3,32%	0,22%
<b>Total de Indicadores sociais internos</b>		<b>16.526</b>	<b>68,99%</b>	<b>4,13%</b>	<b>12.933</b>	<b>56,48%</b>	<b>3,77%</b>
3) INDICADORES SOCIAL EXTERNOS		VALOR (R\$)	% FPB	% RL	VALOR (R\$)	% FPB	% RL
3.1 Educação		177	0,74%	0,04%	39	0,17%	0,01%
3.2 Saúde e saneamento		12	0,05%	0,00%	27	0,12%	0,01%
3.3 Outros		180	0,75%	0,04%	94	0,41%	0,03%
3.4 Tributos (excluídos encargos sociais)		5.832	24,35%	1,46%	15.355	67,06%	4,49%
<b>Total de Indicadores sociais externos</b>		<b>6.201</b>	<b>25,89%</b>	<b>1,55%</b>	<b>15.515</b>	<b>67,76%</b>	<b>4,54%</b>
4) INDICADORES AMBIENTAIS		VALOR (R\$)	% FPB	% RL	VALOR (R\$)	% FPB	% RL
4.1 Investimentos relacionados com a operação da Concessionaria		59	0,25%	0,01%	47	0,21%	0,01%
<b>Total de Investimentos em meio ambiente</b>		<b>59</b>	<b>0,25%</b>	<b>0,01%</b>	<b>47</b>	<b>0,21%</b>	<b>0,01%</b>

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para	( x ) Não Possui metas	( x ) Não Possui metas
minimizar resíduos, o consumo em geral na	( ) Cumpre de 0 a 50%	( ) Cumpre de 0 a 50%
produção/operação e aumentar e eficácia na utilização	( ) Cumpre de 50% a 75%	( ) Cumpre de 50% a 75%
de recursos, a Concessionaria	( ) Cumpre de 75% a 100%	( ) Cumpre de 75% a 100%

<b>5) INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
5.1. Nº de funcionários ao final do período	598	602
Tempo de serviço		
	5,69% até seis meses	10,47% até seis meses
	2,68 % de seis meses a um ano	3,99 % de seis meses a um ano
	13,71% entre um e dois anos	7,97% entre um e dois anos
	23,24% entre dois e cinco anos	29,07% entre dois e cinco anos
	54,68% mais de cinco anos	48,50% mais de cinco anos
5.2 Nº de admissões durante o período	55	108
5.3 Nº de demissões durante o período	59	85
5.4 Nº de colaboradores terceirizados	752	775
5.5 Nº de estagiários	18	16
5.6 Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	57	65
5.7 Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	487	494
5.8 Nº de colaboradores acima de 45 anos	54	43
5.9 Nº de mulheres que trabalham na concessionaria	282	286
5.10 % de chefia ocupados por mulheres	20,41%	24,49%
5.11 Nº de negros que trabalham na concessionaria	115	120
5.12 % de cargos de chefia ocupados por negros	12,24%	12,24%
5.13 Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	18	18
5.14 Total de horas extras pagas	595	569
5.15 Total de INSS pagos	5.832	5.055
5.16 Total de FGTS Pagos	1.541	1.339
5.17 Total de IR recolhido no período	-18.708	-10.237
5.18 Total d CSLL recolhido no período	-6.711	-6.295
5.19 Total de PIS recolhido no período	2.211	2.301
5.20 Total de COFINS recolhido no período	10.208	10.620
5.21 Total de outros tributos recolhidos no período	18.894	19.030
<b>6) INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL</b>		
6.1 Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionaria	36,37	37,79
6.2 Número total de Acidentes de trabalho	3	4
6.3 Ações de Relevante de Interesse Social	9	8
6.4 Projetos sociais e ambientais são definidos por	( x ) Direção	( x ) Direção
	( ) Empregado (as)	( ) Empregado (as)
	( ) Beneficiários	( ) Beneficiários
	( ) Direção, Empregado (as)Beneficiários	( ) Direção, Empregado (as)Beneficiários
6.5 Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho	( ) Direção	( ) Direção

foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> Direção e Gerencias	<input checked="" type="checkbox"/> Direção e Gerencias
	<input type="checkbox"/> Todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> Todos os colaboradores
6.6 Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionaria	<input checked="" type="checkbox"/> Todos + Cipa	<input checked="" type="checkbox"/> Todos + Cipa
	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input type="checkbox"/> Não se envolve
	<input type="checkbox"/> Segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> Segue as normas da OIT
	<input type="checkbox"/> Incentiva as normas da OIT	<input type="checkbox"/> Incentiva as normas da OIT
6.7 Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionaria	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input type="checkbox"/> Não são considerados
	<input type="checkbox"/> São sugeridos	<input type="checkbox"/> São sugeridos
	<input checked="" type="checkbox"/> São exigidos	<input checked="" type="checkbox"/> São exigidos
6.8 Na participação dos empregados em programas de trabalho voluntario, a Empresa	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input type="checkbox"/> Não se envolve
	<input checked="" type="checkbox"/> Apoia	<input checked="" type="checkbox"/> Apoia
	<input type="checkbox"/> Organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> Organiza e incentiva
6.9 Valor adicionado total a distribuir (Valor milhares reais R\$)	90.043	110.212
6.10 Distribuição do Valor Adicionado (%)	12,95% Governo	18,52% Governo
	-54,27% Acionistas	-41,87% Acionistas
	102,83% Terceiros	95,43% Terceiros
	38,48% Retido	27,92% Retido

## **13. Sustentabilidade**

Temos muito clara nossa missão de administrar as rodovias com responsabilidade, contribuindo para o desenvolvimento do estado da Bahia, através da interação com pessoas e comunidades, com soma de valor para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Diante disso, a concessionária vem desenvolvendo projetos e ações que visam estimular a conscientização, participação e a educação dos usuários das rodovias e comunidades no entorno do trecho sob sua administração.

### **13.1. Desempenho Socioambiental**

#### **Semana Nacional de Trânsito**

Na área de educação de trânsito em setembro 2019, foi realizada a Semana Nacional de Trânsito, a Concessionária, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), realizou ações educativas e de conscientização com mais de 400 pessoas que trafegam pelas rodovias administradas pela VIABAHIA.

Dando continuidade as ações de conscientização para um trânsito mais seguro, nos dias 11 e 12 dezembro 2019 a Viabahia em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), convidou moradores do município de Amélia Rodrigues Km 545 BR-324 a participarem do “Café na Passarela”, com o objetivo de alertar a população para a utilização das passarelas situadas ao longo das rodovias BR-324 e BR-116, a intenção é fazer com que todos utilizem o equipamento, evitando os acidentes do tipo atropelamentos, que quase sempre são fatais, foram distribuídos panfletos com dicas de segurança e um café da manhã aos pedestres.

#### **Programa Ser Voluntário**

A Companhia implantou em 2015 o Programa “Ser Voluntario”, desenvolvido para que os colaboradores da VIABAHIA possam doar um pouco do seu tempo e habilidade às escolas próximas aos locais onde residam ou trabalham. É uma forma de contribuir para a educação do estado, explorando a vocação solidária e de ajuda ao próximo, inerente a todo o ser humano.

A campanha visa sensibilizar o público interno a se envolverem em ações sociais que dispõem de carência ou alguma necessidade de apoio de recursos envolvendo ações dos colaboradores. O serviço voluntário em instituições escolares se mantém onde os colaboradores podem realizar ações nas escolas de seus filhos ou que sejam carentes com o uso das cartilhas.

#### **Programa de Educação Ambiental**

O Programa de Educação Ambiental (PEA), visa estabelecer as diretrizes e o conteúdo a ser trabalhado pela VIABAHIA junto ao seu público-alvo, composto pelos grupos sociais das áreas de influência/lindeiras às rodovias administradas pela Concessionária, bem como pelos trabalhadores envolvidos no empreendimento (colaboradores internos e externos).

Na busca da mudança de comportamento e atitudes em relação ao meio ambiente, esse formato de educação pode superar a simples aquisição de conhecimento e adicionar aos envolvidos valores, atitudes, comportamentos e habilidades.

#### **Dia Mundial da Água**

Em 22 de março de 2019, em comemoração ao Dia Mundial da Água, 20 crianças da escola Municipal Milton Matos da Cidade de Candeias visitaram a Estação de Tratamento da Água da Embasa, onde puderam acompanhar as etapas do tratamento da água potável que chega em nossas casas, em seguida participaram de experimentos científicos, palestras educativas sobre a importância da água, levando uma consciência socioambiental.

## **Dia Mundial do Meio Ambiente**

Em 05 de junho de 2019, comemorou-se o Dia Mundial do Meio Ambiente, como forma de propagar e incentivar os cuidados com a flora e a fauna, a VIABAHIA, em parceria com o Núcleo de Ofiologia e Animais Peçonhentos da Bahia (NOAP) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), realizou diversas atividades e interação com crianças da rede Municipal de Ensino de Jequié no Museu Histórico da cidade. O projeto envolveu 426 meninos e meninas conheceram de perto animais peçonhentos vivos como serpentes e aranhas. Também participaram de experimentos científicos, palestras educativas, além da exibição de vídeos com a temática do meio ambiente.

## **Dia da Árvore e da Defesa da Fauna**

Nos dias 18 e 19 de setembro 2019 em parceria entre a VIABAHIA e a Universidade Federal do Recôncavo Baiano e a rede municipal de ensino de Planalto, em comemoração ao Dia da Árvore e Defesa da fauna, foram realizadas ações ambientais, com 350 crianças da rede municipal de ensino, as atividades contemplaram o plantio simbólico de mudas de espécies nativas em diversas partes da cidade. Em um segundo momento, foi realizada aula dinâmica e interativa sobre quatro grandes grupos de fauna (mamíferos, aves, répteis e anfíbios) com uso da coleção de animais conservados em formol e peças taxidermizadas. As atividades fazem parte do conjunto de ações planejadas para o Programa de Educação Ambiental, vinculado à Licença de Operação nº 882/2009, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

## **Saúde no trecho**

Através de uma estratégia colaborativa, a VIABAHIA e a VITALMED, o Projeto Saúde no Trecho durante ano de 2019, atendeu mais de 1.700 pessoas em 26 municípios baianos. A caravana da saúde, realizada contou com o apoio das prefeituras e secretarias municipais de saúde. Uma equipe composta por médicos e enfermeiros percorreu mais de 5.000 quilômetros, de março até novembro deste ano e realizou eletrocardiograma, aferição de pressão arterial e teste rápido de glicemia. Além disso, a população pode atualizar o cartão de vacinação, recebeu orientação odontológica e testes rápidos de DSTs, dentre outros. Centenas de crianças também saíram beneficiadas com o Projeto. A VIABAHIA e VITALMED fizeram grandes simulados de acidentes com vítimas. A encenação teve por objetivo o de alertar os futuros condutores sobre como lidar em situações reais de urgência e emergência.

## **Via Saúde**

A VIABAHIA, visando o bem-estar e a qualidade de vida dos seus colaboradores, lançou em 2018 o Programa VIA Saúde, um conjunto de ações que vão desde o incentivo à prática de esportes até a doação de sangue.

Na parte esportiva, a VIABAHIA celebrou parceria com a empresa TRIAÇÃO. A proposta é oferecer aos colaboradores um estilo de vida mais saudável, possibilitando à Companhia uma melhoria dos índices de sinistralidade e produtividade. Os treinamentos ocorrem em dias e locais definidos e são compostos de corrida, caminhada, pedalada, natação, dentre outras modalidades. Todos os participantes têm acesso a material e estrutura para treinos e competições (água, frutas, Gatorade, uniforme, cadeiras, mesas, barras de cereais), além de staff nos percursos, com pontos de apoio e hidratação

## **Relacionamento com Auditores Independentes**

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03, a Companhia informa que, no exercício findo em 31.12.2019 não contratou os seus auditores para outros serviços, fora aqueles relacionados à própria auditoria contábil. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de

interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

As informações financeiras da VIABAHIA Concessionárias de Rodovias S/A apresentadas neste Relatório, Demonstrações Financeiras e seus Anexos, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações contábeis auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

## **Declaração da Diretoria**

A diretoria da VIABAHIA Concessionárias de Rodovias S/A, declara nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Salvador, 27 de março de 2020

### **Diretoria**

José Pedro Guerreiro Bartolomeu

Diretor Presidente

Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Hederverton Andrade Santos

Diretor Institucional de Desenvolvimento de Negócio

### **Conselho de Administração**

José Pedro Guerreiro Bartolomeu

Presidente

José António Labarra Blanco

Conselheiro

José Ramon Ballestros Martínez

Conselheiro

Eduard Soler Babot

Conselheiro

Hederverton Andrade Santos

Conselheiro

Ana Lorente García-Barbón

Conselheira

Maria Esther Ayuso Gil

Conselheira



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Viabahia Concessionária Rodovias S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Viabahia Concessionária Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº1 às demonstrações financeiras, na qual a Companhia descreve que está discutindo o contrato de concessão rodoviária com a Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT, através de procedimento arbitral, protocolado no Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil Canadá, em 3 de setembro de 2019, além de outras questões relacionados ao contrato de concessão que poderão acarretar em termos aditivos e modificações ao contrato de concessão.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### **a) Reconhecimento da receita de arrecadação de pedágio**

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão das rodovias, o qual determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será



explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas dos pedágios são reajustadas de acordo com os contratos de concessão, o que impacta diretamente a receita de cada concessionária com base no tráfego das rodovias. Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, através das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e das vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria visando confirmar o adequado reconhecimento das receitas provenientes de arrecadação de pedágio incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos desenhados pela Companhia e relevantes para captura, processamento e reconhecimento de receitas de arrecadação; (ii) envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas para aplicação de testes nos controles automatizados utilizados pela Companhia; (iii) recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes; e (iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio é aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.

b) Avaliação do risco redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Conforme descrito nas notas explicativas 2.5 e 9, a Companhia avalia anualmente, a existência ou não, de indicativos de riscos de valor recuperável para seus ativos intangíveis de vida útil definida (ativos das concessões) e efetua análise aprofundada quando da existência de um ou mais indicativos. As avaliações compreenderam as estimativas relacionadas a fatores internos e externos que podem afetar os ativos e requerem grau significativo de julgamento por parte da Administração. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou análises adicionais e concluiu sobre a inexistência de necessidade de reconhecimento de perdas às demonstrações financeiras. Por essa razão consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. A Administração utilizou a metodologia de valor em uso para cálculo e conclusão sobre a inexistência de reconhecimento de perda ao valor recuperável. Adicionalmente, considerando a discussão em curso com o poder concedente, a Administração efetuou análise adicional sobre a realização dos ativos intangíveis da concessão através do cálculo estimado dos valores de indenização relativos aos investimentos vinculados a bens reversíveis não depreciados ou amortizados, líquidos de descontos potenciais previstos em regulamentação setorial vigente. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a utilização de especialistas em avaliação econômico financeira, (ii) avaliação da razoabilidade das premissas e das metodologias usadas pela Companhia, em especial aquelas que se referem aos indicadores crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou pelo crescimento econômico, pelas taxas de inflação esperadas, pela evolução demográfica, pelo volume de tráfego de veículos, entre outras premissas observáveis de mercado e indicadores econômicos associados à concessão da Companhia, (iii) avaliação da aderência aplicada pela Companhia com relação à regulamentação vigente relacionadas a indenização de bens reversíveis não depreciados ou amortizados.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que as avaliações relacionadas aos indicadores de risco de redução de ativos ao seu valor recuperável, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras.

c) Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

Conforme divulgado na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras, a Companhia registra em seu passivo circulante e não circulante, em contrapartida com ativo intangível, o valor de R\$811.207 referente à provisão para investimento em ampliação, o qual representa a melhor estimativa, a valor presente, dos gastos para as obras estabelecidas no Programa de Exploração da Rodovia ("PER") e no contrato de concessão da Companhia. Para o registro do valor, a Companhia utiliza julgamentos e estimativas que se baseiam no fluxo de obras a serem executadas e a taxa de desconto a valor presente, cujas especificidades, atreladas ao processo de estimativa dessa provisão, requerem significativo julgamento por parte da Administração na determinação das premissas, que incluem o período em que as obras serão executadas e a taxa de desconto a valor presente.

Os procedimentos de auditoria envolveram, entre outros: (i) avaliação do desenho e a eficácia dos controles internos sobre a estimativa e contabilização da provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia; (ii) discussão das premissas utilizadas pela Administração para mensuração da provisão; (iii) recálculo da determinação da provisão registrada pela Companhia e confronto dos valores estimados para cada um de seus componentes significativos com informações de contratos de execução de serviços já em andamento, com as obrigações estabelecidas no contrato de concessão e no PER; (iv) análise das variações ocorridas entre os gastos previamente orçados e os realizados durante o exercício corrente; (v) avaliação da taxa de desconto utilizada para ajuste da provisão ao seu valor presente, com dados internos da Companhia e fontes comparáveis de mercado; e (vi) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para avaliação dos critérios adotados para a determinação da provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia, que está consistente com a avaliação da Administração, entendemos que os critérios e as premissas para o reconhecimento da provisão adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## **Outros assuntos**

### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.


- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 27 de março de 2020

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA

  
Manoel Pinto da Silva  
Contador  
CRC nº SP 205664/O-2 "T" BA

**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**  
**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.105	43.928	Fornecedores	10	57.006	40.755
Contas a receber	5	19.554	16.602	Empréstimos e financiamentos	11	109.322	66.959
Tributos a recuperar		1.520	2.025	Salários e encargos sociais		5.485	5.238
Despesas antecipadas	6	2.785	4.175	Imposto de renda e contribuição social a pagar		510	-
Outros ativos		308	615	Tributos a recolher		5.181	4.392
Total do ativo circulante		<u>65.272</u>	<u>67.345</u>	Verba de fiscalização a pagar	15	552	536
				Valores a pagar à ANTT	13	24.156	23.170
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Provisão para investimentos em ampliação e recuperação de rodovia	12	35.360	49.470
Depósitos judiciais	24	2.180	1.596	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	24	7.866	-
Outros ativos		1.633	-	Outros passivos		15.170	15.150
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	73.277	45.586	Valores a pagar de arrendamento mercantil	16	427	-
Ativos de direito de uso	8	2.292	-	Total do passivo circulante		<u>261.035</u>	<u>205.670</u>
Imobilizado	8	5.090	4.960				
Intangível	9	<u>1.944.690</u>	<u>2.071.043</u>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Total do ativo não circulante		<u>2.029.162</u>	<u>2.123.185</u>	Empréstimos e financiamentos	11	474.262	557.371
				Valores a pagar de arrendamento mercantil	16	2.009	-
				Valores a pagar à ANTT	13	6.885	8.425
				Provisão para investimentos em ampliação e recuperação da rodovia	12	721.441	744.145
				Provisão para manutenção	25	2.774	52
				Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	24	2.043	2.020
				Total do passivo não circulante		<u>1.209.414</u>	<u>1.312.013</u>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	17		
				Capital social		797.516	797.516
				Prejuízos acumulados		(173.531)	(124.669)
						<u>623.985</u>	<u>672.847</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><u>2.094.434</u></u>	<u><u>2.190.530</u></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><u>2.094.434</u></u>	<u><u>2.190.530</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras do exercício

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil, exceto o prejuízo por ação)

	Nota Explicativa	2019	2018
RECEITA LÍQUIDA	18	400.518	342.188
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	(340.055)	(271.056)
LUCRO BRUTO		60.463	71.132
Despesas gerais e administrativas	20	(48.906)	(41.642)
Honorário da administração	7	(900)	(920)
Outras receitas operacionais, líquidas		377	130
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		11.034	28.700
Receitas financeiras	21	4.090	2.520
Despesas financeiras	21	(89.406)	(101.180)
RESULTADO FINANCEIRO		(85.316)	(98.660)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(74.282)	(69.960)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	22	(2.271)	(600)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	22	27.691	24.415
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(48.862)	(46.145)
Prejuízo básico e diluído por ação - Em R\$	23	(0,07)	(0,07)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras do exercício

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

---

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(48.862)	(46.145)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(48.862)</u>	<u>(46.145)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras do exercício

---

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2018	797.516	5.936	(84.460)	718.992
Prejuízo do exercício	-	-	(46.145)	(46.145)
Amortização de prejuízo com reservas	-	(5.936)	5.936	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	<u>797.516</u>	<u>-</u>	<u>(124.669)</u>	<u>672.847</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(48.862)	(48.862)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u><u>797.516</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(173.531)</u></u>	<u><u>623.985</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras do exercício



VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019	2018
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(74.282)	(69.960)
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	8 e 9	134.598	132.399
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	24	7.866	721
Provisão (reversão) para manutenção	25	2.621	(54)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	11.4	53.840	61.718
Apropriação dos custos de transação	11.4	1.004	1.148
Ajuste a valor presente sobre provisão para investimento da rodovia	12, 21,25	32.079	31.367
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	21	219	-
Juros e multas de mora - ANTT	13	1.425	6.880
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	192	201
Baixa de ativo intangível	9, 19	684	2.513
Margem de lucro de construção	18	(1.503)	(462)
		<u>158.743</u>	<u>166.471</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(3.144)	(326)
Tributos a recuperar		505	31
Despesas antecipadas		1.390	(1.458)
Outros ativos		(1.910)	(241)
Fornecedores		16.251	336
Direitos de uso pagos		(569)	-
Salários e encargos sociais		247	713
Tributos a recolher		789	901
Outros passivos		(4.500)	5.268
Caixa gerado nas operações		<u>167.802</u>	<u>171.695</u>
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	11.4	(56.047)	(59.579)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.722)	(600)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>110.033</u>	<u>111.516</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Aquisições de bens do ativo imobilizado	8	(1.201)	(820)
Aquisições de bens do ativo intangível	9 e 9.1	(72.283)	(33.822)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(73.484)</u>	<u>(34.642)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	11.4	(39.372)	(45.960)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(39.372)	(45.960)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>(2.823)</u>	<u>30.914</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	43.928	13.014
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	41.105	43.928
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>(2.823)</u>	<u>30.914</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras do exercício

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019	2018
RECEITAS		430.638	372.564
Receita de pedágio e acessórias		354.005	349.049
Receita de construção	18	76.633	23.515
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(210.465)	(132.603)
Custo do serviço de construção	19	(75.130)	(23.053)
Custo da concessão		(106.796)	(93.439)
Outras despesas		(28.539)	(16.111)
VALOR ADICIONADO BRUTO		220.173	239.961
Depreciação e amortização	8 e 9	(134.598)	(132.399)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		85.575	107.562
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	21	4.090	2.520
Outras receitas		378	130
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		90.043	110.212
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal		34.650	30.775
Remuneração direta		22.575	21.707
Benefícios		9.059	6.540
Despesas com desligamento		478	270
Honorários da administração	7	900	920
Encargos sociais (exceto INSS)		1.602	1.402
Outros		36	(64)
Impostos, taxas e contribuições		11.664	20.410
PIS/COFINS sobre faturamento		12.419	12.921
Imposto de renda e contribuição social		(25.420)	(16.532)
INSS (sobre folha de pagamento)		5.832	5.055
ISS sobre faturamento		17.701	17.455
Outros		1.132	1.511
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do exercício		(48.862)	(46.145)
Remuneração de capitais de terceiros		92.591	105.172
Juros e variações cambiais	21	89.406	101.180
Aluguéis		3.185	3.992
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		90.043	110.212

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras do exercício

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se indicado de outra forma)

---

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. (“Viabahia” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 11 de maio de 2009, com sede na Rua do Jaracatiá nº 106, Caminho das Arvores, Salvador, estado da Bahia.

A Companhia tem como objetivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário, pelo prazo de 25 anos, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio. A obtenção da concessão não foi objeto de pagamento de outorga e não está previsto no contrato de concessão o aumento de tarifa em função dos investimentos realizados.

A obtenção da concessão do sistema rodoviário se deu em 20 de outubro de 2009 mediante o Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (“DNIT”) cede, no regime de concessão, o sistema rodoviário e os bens da concessão à Viabahia. O sistema rodoviário objeto do Edital nº 001/2008 é composto pelas rodovias federais e estaduais, as quais totalizam 681 km de extensão conforme detalhado a seguir:

- BR-116 Feira de Santana - Divisa BA/MG.
- BR-324 Salvador - Feira de Santana.
- BA-526 Entrada BR-324 - Entrada BA-528.
- BA-528 Entrada BA-526 - Acesso Base Naval de Aratu.

De maneira geral, o Programa de Exploração da Rodovia (“PER”) estabelece as seguintes obrigações durante o período de concessão:

- Obras iniciais: compreendem as obras e serviços que a Companhia deverá executar imediatamente após a data da assunção até o 6º (sexto) mês do Prazo da Concessão (que correspondia até abril de 2010). Estas obras foram finalizadas e recebidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) em 29 de outubro de 2010, devido a intercorrências ocorridas como elevada taxa pluviométrica registrada na região, paralisação dos trabalhadores da construção pesada em todo o Estado da Bahia e dificuldades em acordar junto à Polícia Rodoviária Federal os horários para interdições das faixas.
- Recuperação: obras e serviços que têm por objetivo o restabelecimento das características originalmente existentes nos diversos elementos do Sistema Rodoviário. O PER estabelece que esses trabalhos devem ser iniciados imediatamente após a conclusão das obras iniciais.
- Duplicação condicionada: realização de obras de duplicação de pista em 13 (treze) subtrechos da rodovia BR 116, que totalizam 441,6 Km de extensão, condicionadas ao atingimento de um Volume Médio Diário (“VMD”) por subtrecho de 6.500 veículos, e a implantação de terceira faixa de rolamento nos dois sentidos em 3 (três) subtrechos da rodovia BR 324, que totalizam 106,7 Km de extensão, condicionadas ao atingimento de um VMD por subtrecho de 70.000 veículos. As obras condicionadas são objeto da revisão quinquenal protocolada junto a ANTT em 2017 e do processo arbitral junto ao

no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá (CAM-CCBC) instaurado a requerimento da VIABAHIA no início de 2020, para compelir o Poder Concedente a cumprir obrigações contratuais, com o objetivo de reequilibrar o contrato de concessão.

- Obras obrigatórias: são obras e serviços de ampliação de capacidade (duplicação obrigatória do trecho da BR-116 entre o entroncamento com o Contorno Sul de Feira de Santana e o entroncamento com a BR-242), melhorias físicas e operacionais, dentre outras.

#### Investimentos realizados

A Companhia iniciou em 2020 o 11º ano do seu contrato de concessão com a Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT e, apesar da ausência de desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e queda da economia dos últimos anos, vem realizando investimentos em trabalhos de recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações, desenvolvendo projetos de ampliação e melhorias operacionais assim como obras de duplicação obrigatórias, construção de passarelas, terraplenos, estruturas de contenção e implantação de fibra óptica, em 681 km da rodovia. O total de investimentos realizados até dezembro de 2019 foi de R\$1.866.785, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, e em obras de duplicação na rodovia.

A Companhia estima, em 31 de dezembro de 2019, que para cumprir com as obrigações conforme contrato de concessão necessita do montante de R\$756.801 (R\$793.615 em 31 de dezembro de 2018) referente a investimentos para em ampliação e renovação de rodovias, a valores atuais.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo revisados pelo menos anualmente. A Companhia vem negociando com o órgão regulador o prazo de execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio em sua revisão quinquenal, conforme descrito a seguir.

#### Revisão quinquenal

Em 22 de fevereiro de 2017, a ANTT comunicou, através do Ofício nº 096/2017/SUINF, a sua concordância com a abertura do processo da Revisão Quinquenal, prevista na cláusula 16.5 do Contrato de Concessão, que possibilita a reavaliação da Concessão em relação à sua compatibilidade com as reais necessidades advindas do Sistema Rodoviário e do cenário econômico brasileiro.

Em 8 de junho de 2017, através da carta VB-GEC-0540/2017, foi apresentada à ANTT a primeira proposta da revisão quinquenal, e, em 21 de agosto de 2017, foi entregue a proposta final.

Em 24 de abril de 2018 a ANTT, através do Ofício nº 0228/2018/GEFOR/SUINF efetuou a análise parcial dos parâmetros operacionais, parâmetros de desempenho e propostas de alteração contratual protocoladas na proposta original da Revisão Quinquenal.

Em 10 de agosto de 2018, através da carta VB-GEC-0737/2018 a VIABAHIA cobrou a apreciação célere e motivada dos pleitos, além de propor atuação conjunta, por meio da fixação de cronograma de reuniões e prazos para deliberação final de todas as revisões tarifária e contratual.

Em 07 de maio de 2019, através da carta VB-GEC-0423/2019 requer que seja informada a exata situação da análise da 1ª Revisão Quinquenal e que seja definido calendário com prazos para a sua conclusão, que deverão ser estritamente cumpridos pela ANTT.

Em 22 de agosto de 2019, foi concedida pela 3ª Vara Federal Cível da SJDF a medida acautelatória nº 1023220-63.2019.4.01.3400, com fundamento no art. 22-A da Lei nº 9.307/96, para: i) assegurar que, até a apreciação dos conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual pelo juízo arbitral e/ou até a apreciação do pleito de revisão contratual (quinquenal), a ANTT mantenha as mesmas bases econômico-financeiras contratuais, incluída a condição tarifária, sem nova redução; ii) se abstenha de aplicar penalidades administrativas e contratuais atreladas a obrigações de investimento, inclusive a de caducidade, respeitado o poder de fiscalização sobre a exploração do serviço delegado; e iii) se abstenha de impor obrigações à concessionária que estejam atreladas aos investimentos previstos no contrato de concessão.

Em setembro de 2019, foi protocolado no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá – CAM-CCBC requerimento de instauração de procedimento arbitral contra a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres. O pedido de instauração visa solucionar controvérsia fundada no contrato de concessão através do Edital nº 001/2008. O procedimento arbitral tem como objetivo o aprimoramento contratual e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 12 de dezembro de 2019, foi deferida a medida acautelatória nº 1023220-63.2019.4.01.3400, para assegurar que até a apreciação dos conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual a ANTT, mantenha as mesmas bases econômicas-financeiras contratuais, incluída a condição tarifária, em nova redução, se abstenha de aplicar penalidades administrativas e contratuais atreladas a obrigações de investimentos, inclusive a de caducidade, respeitando o poder de fiscalização sobre a exploração do serviço delegado e se abstenha de impor obrigações à concessionária que estejam atreladas aos investimentos previstos no contrato de concessão.

#### Investigações envolvendo a Companhia

Como é de conhecimento público, com base no processo de auditoria promovido em abril 2019 pelo TCU com o objetivo de verificar a conduta da ANTT durante os processos de revisão de tarifa junto a concessões de rodovias federais, o TCU instruiu a Polícia Federal a investigar possíveis irregularidades em alguns conceitos considerados na revisão tarifária de 2017 do Contrato de Concessão – Edital nº 001/2008. Até 31 de dezembro de 2019, nenhum novo registro foi verificado e não há impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

##### 1.1. Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia acumulou prejuízos em sua operação no montante de R\$48.862 (R\$46.145 em 31 de dezembro de 2018) e apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$195.763 (R\$138.325 em 31 de dezembro de 2018). Essa situação de capital circulante negativo é usual nas fases inicial e intermediárias aos empreendimentos de concessão de serviços públicos, uma vez que no início do projeto há uma incidência muito grande de investimentos para ampliação e recuperação da rodovia, sendo que a previsão de gastos para 2020 está estimada em R\$50.045, sendo R\$35.360 para obras de recuperação e R\$14.685 para demais obras de infraestrutura. Além da revisão quinquenal do contrato os planos da Administração visam à recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso, a Administração busca a contínua eficiência operacional e conseqüentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente, as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico no longo prazo, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas.

Até dezembro de 2019, foram finalizados 76 km de duplicação obrigatória, referente aos trechos Contorno Sul de Feira de Santana BR-116 Sul e BR-324, trecho entre Feira de Santana e BA-052, trecho entre BA-052 e Santo Estevão, trecho entre Santo Amaro e BR-242 e implantação de duas passarelas na BR 116, nos Km 426 e 464. Com a entrega dos 9km a Viabahia concluiu a obrigação referente a Duplicação Obrigatória.

A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. A geração de caixa e os recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulante e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

A Administração está discutindo com o BNDES os termos e características do financiamento aprovado em 21 de novembro de 2012 no montante total de R\$1.369.143. Os desembolsos efetuados diretamente pelo BNDES e pelos bancos repassadores até 31 de dezembro de 2019 totalizaram o montante de R\$847.275. Não houve recebimento de recursos no ano de 2019.

Em 9 de agosto de 2018, a Companhia celebrou, com o BNDES, Instrumento Particular de Acordo de Suspensão Temporária de Exercício de Direitos e Outras Avenças ("Standstill"), através do qual foi acordado a suspensão do pagamento das próximas 12 (doze) prestações do valor de principal do contrato de financiamento mantido entre a Companhia e o BNDES, no período compreendido entre setembro de 2018 e agosto de 2019.

Os valores referentes as prestações postergadas no período acima mencionado estão programadas para serem liquidadas em maio de 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados a valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens ou serviços.

### Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2020.

## 2.1. Instrumentos financeiros

### Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: mensurados ao valor justo por meio de resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e custo amortizado.

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

#### Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria.

#### Custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

## 2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante

## 2.3. Imobilizado

Os ativos imobilizados são apresentados ao custo histórico, líquido de depreciação acumulada. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado.

## 2.4. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Tratamento específico relativo ao ativo intangível oriundo do contrato de concessão encontra-se descrito na nota explicativa nº 9.

#### 2.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

#### 2.6. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos.

#### 2.7. Impostos

##### Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

##### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para as diferenças tributárias temporárias, e impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos



e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

#### Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre prestação do serviço de concessão, exceto:

- Quando os impostos sobre prestação do serviço incorridos na aquisição de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre a prestação do serviço é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas/ prestação do serviço.
- Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação do serviço, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

#### 2.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios

- A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

## 2.10. Receita de Construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis), sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é caso da Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas aos serviços de construção prestado. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utiliza o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 2% de margem, que reflete a melhor estimativa do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), considerando a estrutura administrativa e operacional da Companhia e os contratos de construção firmados para a implementação de tais obras, conforme demonstrado na Nota 18.

## 2.11. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo emitidos até 31 de dezembro de 2019 pelo "International Accounting Standards Board – IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### CPC06 (R2) - IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

Introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos a valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a CPC06 (R2). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia aplicou o CPC06 (R2) – IFRS 16 apenas para os contratos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos que deverão ser reconhecidos separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Companhia amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a companhia mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 8,85% a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito do financiamento do BNDES.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

#### Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. A Companhia entende que não há incertezas quanto ao tratamento dado em relação aos tributos sobre o lucro.

#### 2.12. Novas normas ainda não vigentes

<b>Norma</b>	<b>Requerimento</b>	<b>Impacto nas demonstrações financeiras</b>
IFRS Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2) (vigência a partir de 01.01.2020)	Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras

### 3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Determinação das receitas de construção

Na apuração do valor justo da receita de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, considerando margem de lucro, conforme descrito na nota explicativa nº 17.

b) Intangível - ICPC 01 - Contratos de concessão

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

c) Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

O contrato de concessão determina que a Companhia realize investimentos em ampliação e renovação da rodovia, tendo sido registrada provisão referente ao valor orçado desse montante, ajustado a valor presente, à taxa de 4,12% a.a. (taxa de longo prazo ajustada pela inflação). A apropriação desses saldos no resultado do exercício, durante o período da concessão, é realizada em bases mensais, com base no custo de construção apurado. O custo de construção estimado é revisado anualmente em outubro e ajustado quando necessário.

d) Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do exercício para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

A Companhia também utiliza as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal e das normas emitidas pela ANTT, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS).

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	12.329	9.396
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>28.776</u>	<u>34.532</u>
	<u>41.105</u>	<u>43.928</u>

As aplicações financeiras em CDB correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez (inferior a 90 dias), baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI a percentuais que variam de 98% a 99% (99,5% a 100,5% em 2018).

## 5. CONTAS A RECEBER

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (CGMP)	12.454	11.145
Move Mais	2.332	836
DBTRANS - vale-pedágio e AVI	1.145	1.079
ConectCar	812	790
Alelo	183	-
Visa vale pedágio	163	223
Outros (a)	3.938	3.810
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.473)</u>	<u>(1.281)</u>
	<u>19.554</u>	<u>16.602</u>

(a) Refere-se a contas a receber decorrentes de receitas provenientes de serviços acessórios do uso da faixa de domínio, (Tim Celular S.A., Petrobras, Odoya Transmissora de Energia).

As contas a receber são representadas por recebíveis de pedágio eletrônico (CGMP, ConectCar e DBTRANS, Move Mais, Alelo) e vale pedágio (Visa Vale e DBTRANS). Os valores a receber do CGMP, no montante de R\$12.454 (R\$11.145 em 2018), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar") são repassados para a Companhia em até 45 dias a contar da transmissão dos dados da concessionária para o CGMP.

Provisão estimada para créditos em liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração, considerando a composição das suas contas a receber em atraso e com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que a provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída é suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

O valor das perdas estimadas para créditos em liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada período para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do seu respectivo instrumento financeiro.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.080)
Complemento de provisão	<u>(201)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(1.281)</u>
Complemento de provisão	<u>(192)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(1.473)</u>

#### 6. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Seguros (i)	2.025	3.380
Benefícios pagos antecipadamente(ii)	163	111
Outras despesas	<u>117</u>	<u>159</u>
	<u>2.785</u>	<u>4.175</u>

(i) Corresponde a despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período.

(ii) Refere-se a gastos com a compra de vale-refeição, vale-alimentação, assistência médica e vale-transporte dos funcionários.

#### 7. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$900 (2018 - R\$920), correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia não possui pessoal-chave que não seja estatutário, e também não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

## 8. IMOBILIZADO E ATIVO DE DIREITO DE USO

	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Ativo de direito de uso	Outras imobilizações	Imobilizado andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2017										
Saldo inicial	1.603	2.067	354	911	5	33	-	145	234	5.352
Aquisições	-	209	477	12	-	-	-	-	122	820
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	(225)	(225)
Depreciação	(188)	(382)	(167)	(202)	(2)	(8)	-	(38)	-	(987)
Saldo contábil, líquido	<u>1.415</u>	<u>1.894</u>	<u>664</u>	<u>721</u>	<u>3</u>	<u>25</u>	<u>-</u>	<u>107</u>	<u>131</u>	<u>4.960</u>
Em 31 de dezembro de 2018										
Custo	2.093	3.922	3.075	2.032	50	73	-	381	131	11.757
Depreciação acumulada	(678)	(2.028)	(2.411)	(1.311)	(47)	(48)	-	(274)	-	(6.797)
Saldo contábil, líquido	<u>1.415</u>	<u>1.894</u>	<u>664</u>	<u>721</u>	<u>3</u>	<u>25</u>	<u>-</u>	<u>107</u>	<u>131</u>	<u>4.960</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018										
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.415	1.894	664	721	3	25	-	107	131	4.960
Aquisições	-	95	252	41	-	-	2.786	-	934	4.108
Transferência/reclassificação (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	(121)	(121)
Depreciação	(190)	(396)	(235)	(203)	(2)	(7)	(494)	(38)	-	(1.565)
Saldo contábil, líquido	<u>1.225</u>	<u>1.593</u>	<u>681</u>	<u>559</u>	<u>1</u>	<u>18</u>	<u>2.292</u>	<u>69</u>	<u>944</u>	<u>7.382</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019										
Custo	2.093	4.017	3.327	2.073	50	73	2.786	381	944	15.744
Depreciação acumulada	(868)	(2.424)	(2.646)	(1.514)	(49)	(55)	(494)	(312)	-	(8.362)
Saldo contábil, líquido	<u>1.225</u>	<u>1.593</u>	<u>681</u>	<u>559</u>	<u>1</u>	<u>18</u>	<u>2.292</u>	<u>69</u>	<u>944</u>	<u>7.382</u>
Taxas médias anuais de depreciação	10	10	20	10	20	10	10	10		

(i) Refere-se à reclassificação de licenças implantação do sistema de folha para o ativo intangível.

## 9. INTANGÍVEL

	Construção da infraestrutura (i)			Softwares	Intangível em formação	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos			
<b>Em 31 dezembro de 2017</b>						
Saldo inicial	1.285.476	147.160	703.398	606	15.777	2.152.417
Adição	40	-	2.648	418	5.263	8.369
Revisão da provisão de investimento	16.479	9.536	8.028	-	-	34.043
Realização provisão de investimento	11.443	3.250	871	-	-	15.564
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	10.139	10.139
Baixa	-	-	(2.513)	-	-	(2.513)
Transferência	-	-	13.541	-	(13.541)	-
Baixa de provisão de investimento	(11.443)	(3.250)	(871)	-	-	(15.564)
Amortização	(78.454)	(9.000)	(43.667)	(291)	-	(131.412)
Saldo contábil, líquido	<u>1.223.541</u>	<u>147.696</u>	<u>681.435</u>	<u>733</u>	<u>17.638</u>	<u>2.071.043</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>						
Custo	1.503.438	179.354	841.182	4.275	17.638	2.545.887
Amortização acumulada	(278.897)	(31.658)	(159.747)	(3.542)	-	(474.844)
Saldo contábil, líquido	<u>1.223.541</u>	<u>147.696</u>	<u>681.435</u>	<u>733</u>	<u>17.638</u>	<u>2.071.043</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>						
Saldo inicial	1.223.541	147.696	681.435	733	17.638	2.071.043
Adição	-	-	11.962	294	46.884	59.140
Baixa	-	-	(684)	-	-	(684)
Revisão da provisão de investimento	(42.273)	6.637	(15.368)	-	-	(51.004)
Realização provisão de investimento	15.437	2.219	131	-	-	17.787
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	(772)	(772)
Baixa da provisão de investimento	(15.437)	(2.219)	(131)	-	-	(17.787)
Amortização	(78.443)	(9.489)	(44.787)	(314)	-	(133.033)
Saldo contábil, líquido	<u>1.102.825</u>	<u>144.844</u>	<u>632.558</u>	<u>713</u>	<u>63.750</u>	<u>1.944.690</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>						
Custo	1.461.165	185.991	837.092	4.569	63.750	2.552.567
Amortização acumulada	(358.340)	(41.147)	(204.534)	(3.856)	-	(607.877)
Saldo contábil, líquido	<u>1.102.825</u>	<u>144.844</u>	<u>632.558</u>	<u>713</u>	<u>63.750</u>	<u>1.944.690</u>
Prazo remanescente de amortização (anos)	15	15	15	5	-	-

(i) Intangível - construção da infraestrutura (recuperação, operação e melhoramentos)

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo da amortização do ativo intangível até 31 de março de 2017 era efetuado de acordo com a curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de abril de 2017, a Companhia passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, e de forma prospectiva, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Todos os bens da concessão ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela Companhia no prazo da concessão de acordo com os termos da legislação vigente, não cabendo qualquer pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no advento do término contratual.

## 9.1. Movimentação das aquisições

Segue abaixo a conciliação das adições do intangível com a provisão dos investimentos e a movimentação do intangível no fluxo de caixa da Companhia:

	2019	2018
Investimentos realizados (nota nº 12)(*)	29.750	18.250
Adições ao intangível (nota nº 9)	8.136	42.412
Adiantamentos a fornecedores (nota nº 9)	(772)	10.139
Acréscimo/redução da provisão (nota nº 12)	39.042	(36.733)
Capitalização de juros (nota nº 11.2)	(2.370)	(246)
Margem de construção (nota nº 18)	(1.503)	(462)
Total	<u>72.283</u>	<u>33.360</u>

(\*) Trata-se de valores pagos, anteriormente tratados pela Companhia como transação não caixa (provisão para investimentos).



## 9.2. Perdas por redução ao valor recuperável

Durante o exercício, a Companhia revisou o valor recuperável do ativo intangível em vista das discussões do contrato de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº1. A Companhia utilizou a metodologia de valor em uso para cálculo e analisou o potencial valor da realização dos ativos intangíveis da concessão através do cálculo estimado dos valores de indenização relativos aos bens reversíveis não depreciados ou amortizados, líquidos de descontos potenciais previstos em regulamentação setorial vigente. Em ambos os cenários a Companhia não identificou fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis inferiores aos seus valores recuperáveis. A Companhia, para cálculo do valor em uso, utilizou como principais premissas para o período remanescente da concessão: i) crescimento das receitas com base no crescimento do PIB e elasticidade; ii) correção da tarifa e custos com base em IPCA; e taxa de desconto para calcular o valor presente do fluxo de caixa.

## 10. FORNECEDORES

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contas a pagar aos fornecedores (i)	51.548	34.965
Cauções contratuais (ii)	<u>5.458</u>	<u>5.790</u>
Total	<u><u>57.006</u></u>	<u><u>40.755</u></u>

- (i) Refere-se, principalmente, a fornecedores de serviços administrativos e valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados às obras de recuperação, melhorias, manutenção e conservação.
- (ii) Trata-se de garantia contratual estabelecida com os prestadores de serviços, destinadas a suprir eventuais inadimplências contratuais, fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das notas fiscais até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

## 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição financeira	Encargos	Principal e encargos		Total	
		Circulante	Não circulante	31/12/2019	31/12/2018
BNDES (i)	TJLP + 2,16% a.a.	124.382	369.632	494.014	517.583
HAITONG (i)	TJLP + 5,2% a.a.	7.311	40.147	47.458	53.407
Votorantim (i)	TJLP + 5,55% a.a.	7.334	39.204	46.538	52.280
Banco ABC (i)	TJLP + 5,3% a.a.	4.901	26.785	31.686	35.636
Subtotal		<u>143.928</u>	<u>475.768</u>	<u>619.696</u>	<u>658.906</u>
(-) Custos de transação (a)		(846)	(1.506)	(2.352)	(3.357)
(-) Títulos e valores mobiliários (b)		<u>(33.760)</u>	<u>-</u>	<u>(33.760)</u>	<u>(31.219)</u>
Total de empréstimos e financiamentos		<u><u>109.322</u></u>	<u><u>474.262</u></u>	<u><u>583.584</u></u>	<u><u>624.330</u></u>

- (i) Em 21 de novembro de 2012, a Companhia obteve a aprovação do BNDES para liberação do financiamento de longo prazo, no montante de R\$1.369.143. Até 31 de dezembro de 2019, foram efetuados desembolsos pelo BNDES e pelos bancos repassadores no montante total de R\$847.275, com vencimento final em 2027.

### (a) Custos de transação

Os custos incorridos na captação dos empréstimos estão sendo apropriados ao resultado, ajustando a taxa efetiva de juros, em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

### (b) Garantias

O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de "project finance" ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre o BNDES e as instituições financeiras Banco Votorantim S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco ABC Brasil S.A., as quais constituem-se como garantias

dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui reserva real mantida junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$33.760 (R\$31.219 em 2018), remunerada de 98% a 99% do CDI, para garantia de financiamentos junto às seguintes instituições financeiras: BNDES, Banco ABC Brasil S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco Votorantim S.A.

### 11.1. Principais compromissos assumidos ("Covenants")

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos previstos no contrato de financiamento:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- Não apresentar saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos que represente mais de 15% da receita bruta.
- Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total for inferior a 20% ou o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), os quais serão apurados ao final de cada semestre.

As cláusulas restritivas estão adequadamente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2019.

### 11.2. Capitalização de juros

A Companhia realiza a capitalização de custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis a ativos qualificáveis, com uma taxa efetiva de 4,12% a.a. (2018 4,12% a.a). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram adicionados ao intangível em formação juros no montante de R\$2.370 (2018 – R\$246).

### 11.3. Vencimento

Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>
Até um ano	143.928
Acima de um ano e até dois anos	62.208
Acima de dois anos e até três anos	114.909
Acima de três anos e até quatro anos	124.533
Acima de quatro anos e até cinco anos	108.892
Mais de cinco anos	<u>65.226</u>
	<u>616.696</u>

## 11.4. Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é a seguinte:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	36.314	630.924	667.238
Encargos – resultado	61.718	-	61.718
Encargos capitalizados	246	-	246
Transferências	74.701	(74.701)	-
Amortizações principal	(45.960)	-	(45.960)
Pagamentos de juros	(59.579)	-	(59.579)
(-) Amortização dos custos de transação	-	1.148	1.148
(+/-) Títulos e valores mobiliários	(481)	-	(481)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>66.959</u>	<u>557.371</u>	<u>624.330</u>
Encargos – resultado	53.840	-	53.840
Encargos capitalizados	2.370	-	2.370
Transferências	84.113	(84.113)	-
Amortizações principal	(39.372)	-	(39.372)
Pagamentos de juros	(56.047)	-	(56.047)
(-) Amortização dos custos de transação	-	1.004	1.004
(+/-) Títulos e valores mobiliários	(2.541)	-	(2.541)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>109.322</u>	<u>474.262</u>	<u>583.584</u>

## 12. PROVISÃO PARA INVESTIMENTOS EM AMPLIAÇÃO E RENOVACÃO DA RODOVIA

O orçamento da Companhia, preparado com base nos investimentos previstos nas obras de construção e melhoria das rodovias a serem realizados até 2025, prevê desembolsos de R\$756.801(R\$793.615 em 2018), sendo que R\$35.360 deverão ser realizados até 31 de dezembro de 2020. Essa provisão foi revista, porém a Companhia está aguardando o processo de Revisão Quinquenal, que está em Arbitragem junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá – CAM-CCBC. A instauração de procedimento arbitral contra a ANTT foi protocolada em setembro de 2019. O pedido de instauração visa solucionar controvérsia fundada no contrato de concessão através do Edital nº 001/2008. O procedimento arbitral tem como objetivo o aprimoramento contratual e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, que possibilitará a reavaliação do contrato em relação a sua compatibilidade com as reais necessidades advindas dos Sistema Rodoviário, nos termos previstos contratualmente.

Seguem abaixo os valores estimados referentes aos investimentos em infraestrutura da rodovia:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Em 1º de janeiro	793.615	743.765
Revisão orçamentária (i)	(39.042)	36.733
Ajuste a valor presente	31.978	31.367
Investimentos realizados	<u>(29.750)</u>	<u>(18.250)</u>
Total	756.801	793.615
Circulante	<u>(35.360)</u>	<u>(49.470)</u>
Não circulante	<u>721.441</u>	<u>744.145</u>

- (i) Em dezembro de 2019, a Companhia efetuou revisão anual da provisão, com base no orçamento aprovado para o exercício subsequente e contratos de obras já firmados, bem como na revisão dos gastos necessários a serem incorridos com a recuperação das rodovias BA-324 e BR-116 e das BA-526 e BA-528, mensurados com base em relatórios de monitoramento da ANTT. A revisão da provisão é considerada como uma mudança de estimativa contábil do custo e sua contrapartida foi reconhecida no ativo intangível.

## 13. VALORES A PAGAR A ANTT

Em 2017, a Companhia tinha registrado oito processos passivos com probabilidade de perda provável, no valor nominal de R\$4.782. Adicionalmente, em 2018 foram registrados 15 processos passivos com probabilidade de perda provável, no valor nominal de R\$7.283. Enquanto aguarda o deferimento da ANTT, a Companhia mantém registrado o débito total atualizado pela taxa SELIC referente a essas infrações.

As penalidades impostas pela ANTT, refere-se basicamente a:

- (a) Não atendimento aos Termos de Registro de Ocorrências – TRO dentro dos prazos estabelecidos no Programa de Exploração Rodoviária – PER
- (b) Liberação do tráfego sem a adequada sinalização horizontal provisória ou definitiva.
- (c) Não atendimento aos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER.

O resumo dos parcelamentos encontra-se demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo dos parcelamentos no início do exercício	31.595	19.300
Inclusão de débitos	-	7.283
Juros e multas de mora (i)	1.425	6.880
Pagamentos	<u>(1.979)</u>	<u>(1.868)</u>
Saldo dos parcelamentos no final do exercício	<u>31.041</u>	<u>31.595</u>
Circulante	24.156	23.170
Não circulante	6.885	8.425

- (i) Os valores dos juros e multas de mora, líquidos das reduções legais, foram reconhecidos como despesas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A movimentação dos saldos de imposto de renda diferido ativo (passivo), pode ser resumida como segue:

<u>Base</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Movimentação</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2018</u>
Margem de construção	(20.482)	578	(21.060)
Capitalização de juros no intangível	(18.991)	413	(19.404)
Ajuste de encargos financeiros - apropriação AVP	58.160	10.873	47.287
Amortização do intangível provisionado	53.893	11.248	42.645
Diferença de taxa de amortização do intangível	(4.283)	290	(4.573)
Custos dos empréstimos - societário x fiscal	(800)	341	(1.141)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	3.297	2.674	623
Provisão para manutenção	944	926	18
Outras provisões	<u>1.539</u>	<u>348</u>	<u>1.191</u>
	<u>73.277</u>	<u>27.691</u>	<u>45.586</u>

Estudos técnicos da viabilidade elaboradas pela administração indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes dos valores dos impostos diferidos reconhecidos e correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, cuja a expectativa de realização de créditos fiscais de eventos temporários está apresentado a seguir.

<u>Impostos Diferidos</u>	Ativo Não Circulante
2020	-
2021	-
2022	-
2023	47.797
2024	25.480
Total	<u>73.277</u>

#### 15. VERBAS DE FISCALIZAÇÃO E DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a Companhia deverá recolher à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, a verba de fiscalização que se destina à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual da verba de fiscalização prevista para 2020 é de R\$6.624, tendo sido realizado até dezembro de 2019 o valor de R\$6.501 (2018 -R\$6.227), sendo esse recolhimento efetuado mensalmente. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$552 (R\$536 em 31 de dezembro de 2018).

Adicionalmente, a Companhia deverá disponibilizar à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e/ou aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal. A verba para segurança no trânsito é no montante anual de R\$1.403 reajustada anualmente na mesma data dos reajustes da tarifa de pedágio. O valor total do gasto relativo à verba para segurança no trânsito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.390 (2018 – R\$1.377). Conforme nota explicativa 19.

Os compromissos assumidos pela Companhia para pagamento das verbas de fiscalização e de segurança no trânsito são estimados até o final do prazo de concessão e estão demonstrados a seguir.

	<u>2019</u>
Até um ano	552
Acima de um ano e até dois anos	8.027
Acima de dois anos e até três anos	8.027
Acima de três anos e até quatro anos	8.027
Acima de quatro anos e até cinco anos	8.027
Mais de cinco anos	85.736
	<u>118.396</u>

#### 16. VALORES A PAGAR DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade

da companhia a taxa obtida foi de 8,85% a.a. A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo Inicial	-	-	-
Adição	371	2.415	2.786
Utilização	(569)	-	(569)
Transferência	406	(406)	-
AVP	219	-	219
<b>Total</b>	<b>427</b>	<b>2.009</b>	<b>2.436</b>

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social integralizado no exercício findo em dezembro de 2019 é de R\$797.516, e está representado por 635.121.768 ações ordinárias e sem valor nominal.

Acionistas	2019		2018	
	Quantidade integralizadas	%	Quantidade integralizadas	%
Roadis Participações na Viabahia Ltda.	601.504	94,71	601.504	94,71
Infravix Participações S.A.	33.617	5,29	33.617	5,29
	<u>635.121</u>	<u>100,00</u>	<u>635.121</u>	<u>100,00</u>

### b) Reserva de incentivo fiscal

O incentivo fiscal SUDENE foi aprovado em agosto de 2012, através do Laudo Constitutivo nº 0111/2012, com validade até 2021, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração.

Durante o período de vigência do benefício fiscal deverá atender às seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de controle ambiental; (ii) apresentação da declaração de rendimentos a cada exercício; (iii) proibição da distribuição de lucros correspondentes ao valor do imposto que seria pago sem a existência do benefício; (iv) participação da pesquisa anual de incentivos fiscais promovida pela SUDENE; e (v) apresentação anual de regularidade fiscal em relação aos tributos federais a apresentação de certidão negativa de débito para a previdência social.

Em dezembro de 2019, foi aprovado o incentivo fiscal SUDENE, através do Laudo Constitutivo nº 0173/2019 a extensão do prazo de fruição do benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração passando de 2021 a 2028.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não gerou base de cálculo de incentivo fiscal SUDENE e está adimplente com as obrigações relativas ao programa de incentivos.

## c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

## d) Dividendos

Aos acionistas está garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. No exercício de 2019 foi apurado prejuízo no montante de R\$ 48,8 milhões e não haverá distribuição de dividendos.

## 18. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas de pedágio:		
Numerários (i)	144.951	154.262
AVI - Sem Parar/ConectCar (ii)	169.211	154.368
Visa Vale (iii)	22.057	22.911
DBTRANS (iii)	14.663	14.409
Sobras de arrecadação	<u>86</u>	<u>85</u>
	350.968	346.035
Receitas acessórias:		
Receitas extraordinárias	3.037	3.014
Receitas de construção:		
Obras de infraestrutura (iv)	76.633	23.515
Tributos sobre serviços da operação	<u>(30.120)</u>	<u>(30.376)</u>
Receita líquida	<u><u>400.518</u></u>	<u><u>342.188</u></u>

(i) Receitas provenientes de recebimentos em dinheiro e cheques.

(ii) Receitas oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico. As receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI ("Automatic Vehicle Identification") são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresas especializadas (CGMP, ConectCar, Move Mais, Greenpass e Alelo).

(iii) As transações de vale-pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante utilização de cupons (DBTRANS) e créditos de vale-pedágio (Visa Vale), previamente adquiridos das empresas habilitadas.

(iv) Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utiliza o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 2% de margem, que reflete a melhor estimativa do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), considerando a estrutura administrativa e operacional da Companhia e os contratos de construção firmados para a implementação de tais obras.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita de obras de infraestrutura	76.633	23.515
Custos de construção	<u>(75.130)</u>	<u>(23.053)</u>
	<u><u>1.503</u></u>	<u><u>462</u></u>

## 19. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os custos dos serviços prestados são sumarizados e apresentados com a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custos de conservação:		
Custos com pessoal	(1.351)	(1.187)
Serviços de terceiros (i)	(50.994)	(38.831)
Material, equipamentos e veículos	(2.177)	(1.744)
Outros gastos conservação	(546)	(453)
Manutenção	<u>(2.622)</u>	<u>54</u>
	<u>(57.690)</u>	<u>(42.161)</u>
Custos de operação:		
Custos com pessoal	(19.867)	(18.319)
Serviços de terceiros (ii)	(24.959)	(26.339)
Material, equipamentos e veículos	(12.467)	(12.933)
Verbas de fiscalização e de segurança do trânsito (nota nº 15)	(7.891)	(7.604)
Seguros	(3.979)	(3.166)
Baixa de intangível	(684)	(2.513)
Depreciação e amortização	(133.022)	(131.429)
Amortização de arrendamento	(494)	-
Outros gastos da operação	<u>(3.385)</u>	<u>(3.230)</u>
	<u>(206.748)</u>	<u>(205.533)</u>
Custos de monitoramento:		
Serviços de terceiros	(487)	(309)
Custos de construção:		
Custos dos serviços de construção (iii)	<u>(75.130)</u>	<u>(23.053)</u>
Total	<u>(340.055)</u>	<u>(271.056)</u>

- (i) Referem-se basicamente a materiais e serviços de limpeza e reparo da rodovia.
- (ii) Refere-se basicamente a serviços de vigilância, atendimento pré-hospitalar, guincho, transporte de valores e de colaboradores da rodovia.
- (iii) Aumento em linha com a receita de construção do período, conforme mencionado na nota explicativa nº 18, item iv.

## 20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas com pessoal	(18.361)	(15.474)
Serviços de terceiros (i)	(13.457)	(8.621)
Depreciação e amortização	(1.082)	(970)
Propaganda e publicidade	(612)	(898)
Material, equipamentos e veículos	(979)	(733)
Arrendamentos e aluguéis	(642)	(1.052)
Gastos com viagens	(1.122)	(924)
Energia, telefone e correspondências	(128)	(110)
Ressarcimento de danos aos usuários	(19)	-
Associação de classe	(329)	(232)
Editais e publicações	(257)	(251)
Despesas com contingências	(7.866)	(721)
Contribuição patronal	(4)	(4)
Impostos e taxas e cartório	(242)	(8.065)
Outras despesas gerais e administrativas	<u>(3.806)</u>	<u>(3.587)</u>
	<u>(48.906)</u>	<u>(41.642)</u>



(i) Referem-se basicamente a serviços de consultoria jurídica e comunicação social.

## 21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(53.840)	(61.718)
Ajuste a valor presente ("AVP") sobre provisão para investimentos e manutenção	(32.079)	(31.367)
Apropriação dos custos de transação AVP sobre arrendamento	(1.004)	(1.148)
Multas e juros de mora parcelamento	(219)	-
Outras	(1.425)	(6.880)
	<u>(89.406)</u>	<u>(101.180)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicação financeira	3.861	2.479
Outras	229	41
	<u>4.090</u>	<u>2.520</u>
Resultado financeiro	<u>(85.316)</u>	<u>(98.660)</u>

## 22. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no valor de R\$4.416 apurados em exercícios anteriores que não foram contabilizados por não haver histórico de lucros. Conseqüentemente, a Administração não constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre estas bases. A Companhia apurou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, resultados tributáveis no valor de R\$9.816, compensado 30% de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social de exercícios anteriores no valor de R\$2.945, restando o saldo de R\$1.471, que serão realizados com lucros tributáveis futuros.

a) A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro é demonstrada como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(74.282)	(69.960)
Alíquota Vigente	34%	34%
Benefício do imposto de renda e contribuição social à alíquota fiscal nominal	25.256	23.786
Incentivos fiscais		
(-) Incentivos PAT	41	11
Adições (exclusões) permanentes:		
Despesas não dedutíveis	(260)	(377)
Outras, líquidas	383	395
Imposto de renda e contribuição social apresentados no resultado	<u>25.420</u>	<u>23.815</u>

A composição do montante de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 encontra-se a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes:		
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(2.271)	(600)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:		
Relativo à constituição e reversão de diferenças temporárias	<u>27.691</u>	<u>24.415</u>
Imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	<u><u>25.420</u></u>	<u><u>23.815</u></u>

### 23. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria nos períodos apresentados. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as ações da Companhia não possuíam efeito dilutivo.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(48.862)	(46.145)
Média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>635.121</u>	<u>635.121</u>
Prejuízo básico e diluído por ação	<u><u>(0,07)</u></u>	<u><u>(0,07)</u></u>

### 24. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS, CÍVEIS E REGULATÓRIOS

A movimentação das provisões e dos depósitos judiciais é como segue:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro 2017	631	480	1.111
Constituição	-	790	790
Reversão	(68)	-	(68)
Atualização monetária	<u>187</u>	<u>-</u>	<u>187</u>
Saldos em 31 de dezembro 2018	<u><u>750</u></u>	<u><u>1.270</u></u>	<u><u>2.020</u></u>
Circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Não Circulante	<u><u>750</u></u>	<u><u>1.270</u></u>	<u><u>2.020</u></u>

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro 2018	750	1.270	2.020
Constituição	-	7.866	7.866
Atualização monetária	<u>23</u>	<u>-</u>	<u>23</u>
Saldos em 31 de dezembro 2019	<u><u>773</u></u>	<u><u>9.136</u></u>	<u><u>9.909</u></u>
Circulante	<u>-</u>	<u><u>7.866</u></u>	<u><u>7.866</u></u>
Não Circulante	<u><u>773</u></u>	<u><u>1.270</u></u>	<u><u>2.043</u></u>

	Depósitos judiciais			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributário	Total
Saldos em 31 de dezembro 2018	915	9	672	1.596
Adições	71	-	639	710
Reversão	(125)	(1)	-	(126)
Saldos em 31 de dezembro 2019	<u>861</u>	<u>8</u>	<u>1.311</u>	<u>2.180</u>

- i) A Companhia é ré em processos de natureza cível e trabalhista, oriundos do curso normal de suas atividades, classificados como de probabilidade de perda provável, com base na avaliação de seus consultores jurídicos e para os quais mantém provisão constituída em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$9.909 (R\$2.020 em 31 de dezembro 2018).

Para os processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, classificados como de probabilidade de perda possível por seus advogados, no montante estimado de R\$113.418 (R\$85.162 em 31 de dezembro de 2018), não foram constituídas quaisquer provisões para cobrir eventuais riscos. As principais causas em que a Companhia está envolvida se referem a ações indenizatórias por acidentes na rodovia.

- ii) Até 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui 207 (112 em 31 de dezembro de 2018) autos e notificações da ANTT referentes à aplicação de penalidades, no montante total atualizado de R\$357.949 (R\$122.031 em 31 de dezembro de 2018) decorrente de processos em andamento na esfera administrativa, cujo pedido de nulidade por parte da Companhia ainda não foi julgado ou foi julgado improcedente no âmbito da Superintendência daquela Agência Reguladora, podendo resultar ou não na aplicação de multas.

Adicionalmente, a Companhia possui 40 ações (39 em 2018) que foram ajuizadas na Justiça Federal do Distrito Federal contra a ANTT, objetivando a declaração, pelo Poder Judiciário, da nulidade de 48 autuações (47 em 31 de dezembro de 2018), que somam R\$25.998 (R\$24.986 em 31 de dezembro de 2018).

As penalidades impostas pela ANTT referem-se basicamente a:

- Não atendimento aos Termos de Registo de Ocorrência - TRO dentro dos prazos estabelecidos no Programa de Exploração Rodoviária ("PER").
- Liberação do tráfego sem a adequada sinalização horizontal provisória ou definitiva.
- Não atendimento aos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER.
- Não entrega da documentação relativa aos projetos dentro do prazo estabelecido pelo órgão regulador.

A Companhia protocolou pedidos de revisão à Diretoria da ANTT ou ingressou com ações judiciais, no qual solicita a reforma da decisão proferida pela Superintendência e o arquivamento dos processos, sem qualquer aplicação de penalidade.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos a probabilidade de perda para a Companhia nos processos discutidos administrativa e judicialmente é avaliada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Até 31 de dezembro 2019, foram arquivados e deferidos em favor da Companhia 62 processos (2018, 61), no montante total de R\$48.188 (R\$47.109 em 2018).

A Administração da Companhia, conforme divulgado na nota explicativa nº 1, está discutindo com a ANTT a revisão Quinquenal do Contrato de Concessão que inclui também os autos e notificações referentes a aplicação de penalidades pelo não atendimento dos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER e não espera incorrer em perdas relevantes como resultado desta revisão.

Em abril de 2017, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a Companhia, tendo como objeto contratos firmados, nos anos de 2012 a 2013, para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação do serviço, havendo assim a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros estimado em aproximadamente R\$16.575.

Em 8 de novembro de 2017, foram julgadas improcedentes as impugnações apresentadas pela Companhia. Tendo em vista a avaliação dos consultores jurídicos como perda possível, em 4 de dezembro 2017, foi protocolado o recurso voluntário junto ao CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda.

Em 14 de maio de 2019, foi negado provimento ao recurso voluntário apresentado pela Companhia. Tendo em vista a avaliação de nossos consultores como possível, em 19 de junho de 2019, foi protocolado o recurso especial junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda.

Em 2 de dezembro de 2019, em virtude da decisão julgando improcedente os embargos de declaração opostos pelos outros envolvidos, a Companhia foi intimada a reiterar o recurso especial apresentado em 19 de junho de 2019. Assim, em 11 de dezembro de 2019, foi protocolada petição reiterando o recurso especial junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda.

A Companhia está atendendo a todas as exigências requeridas pela ação (prazos, tempos de vistorias e inspeções, apresentando relatórios e todos os documentos requeridos) e, baseada na posição dos seus assessores jurídicos, estima como “possível” a probabilidade de perda. Portanto, nenhuma provisão foi constituída.

## 25. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa de 9% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia e as intervenções ocorrerão a partir de 2023.

Os saldos da provisão para manutenção estão distribuídos como segue.

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão para manutenção	51	2.621	2.672
Encargos financeiros (i)	<u>1</u>	<u>101</u>	<u>102</u>
	<u>52</u>	<u>2.722</u>	<u>2.774</u>

(i) Refere-se à recomposição do passivo ajustado a valor presente.

## 26. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

### b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplência de suas contrapartes em aplicações financeiras de liquidez imediata e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio. A gestão e o controle dos riscos são realizados pela tesouraria da Companhia sob a revisão do Diretor Financeiro, pautando-se em parâmetros de "benchmark" de mercado para essa gestão, de acordo com os limites de alçadas e políticas de atuação definidas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração.

### c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões de gestão de caixa acima mencionadas.

Os planos da Companhia sobre o alongamento do perfil da dívida estão descritos na nota explicativa nº 1.2.

### d) Risco de mercado

A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e de Juros de Longo Prazo ("TJLP") para suas operações de empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 10) e, dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros.

### e) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, nas quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha, tais como Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica.

### f) Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos usuais de mercado, relacionados às variações do CDI e variações da TJLP para seus empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração efetuou análise de sensibilidade dos saldos em aberto considerando um horizonte de um ano e aumentos de 25% (Cenário II) e de 50% (Cenário III) nos parâmetros de risco citados abaixo:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário Provável (II)	Cenário Provável (III)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	(34.386)	(42.983)	(51.579)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	1.706	1.280	853

Os valores dos parâmetros utilizados para os três cenários mostrados acima podem ser observados como segue:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário Provável (II)	Cenário Provável (III)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	5,57%	6,96%	8,36%
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	4,50%	3,38%	2,25%

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

#### g) Instrumentos financeiros

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

### Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas de caixa e equivalente de caixa estão próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

### Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI e TJLP.

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 38 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

		Saldo em	Nova classificação
	<u>Classificação Inicial pelo CPC 38</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>de acordo com o CPC 48</u>
<u>Ativos financeiros</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	41.105	Custo amortizado
<u>Passivos financeiros</u>			
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio de resultado	619.696	Custo amortizado
Fornecedores	Valor justo por meio de resultado	57.006	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Valor justo por meio de resultado	15.169	Custo amortizado

### h) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seus custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, obter capital dos acionistas ou, ainda ou emitir novas ações por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Com base na análise do índice de alavancagem, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e/ou de captação de recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro 2018 pode ser assim sumariado:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 11)	583.584	624.330
Total dos valores a pagar a ANTT (nota explicativa nº 13)	31.041	31.595
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4)	<u>(41.105)</u>	<u>(43.928)</u>
Dívida líquida	573.520	611.997
Total do patrimônio líquido	<u>623.985</u>	<u>672.847</u>
	<u>0,92</u>	<u>0,91</u>

## 27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional de concessão pública de rodovias.

## 28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício em 2019, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimentos não envolvendo caixa, portanto esta não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- Revisão da provisão para investimentos em ampliação com aumento no montante de – R\$39.726 (2018 - R\$36.733), vide notas explicativas nºs 9 e nºs 12.
- Juros capitalizados no montante de R\$2.370 (2018 - R\$246), vide notas explicativas nºs 9 e nºs 11.2.

## 29. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2019, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

<u>Riscos cobertos</u>	<u>Bens segurados</u>	<u>Montante cobertura</u>	<u>Vencimento</u>
Riscos de engenharia	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	141.087	Setembro/2020
Riscos nomeados e operacionais	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	120.790	Setembro/2020
Garantia de execução da obra	Edificações, máquinas e equipamentos, Infraestrutura e execução do contrato de concessão oriundo do Edital 001/2008	121.878	Outubro/2020
Responsabilidade civil	Administradores da Companhia	30.000	Abril/2020
Responsabilidade civil	Reparações danos materiais e/ou corpóreos	22.500	Setembro/2020

A Companhia contratou os seguintes seguros:

- Seguros contra danos materiais - cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de engenharia, riscos operacionais e relativos às máquinas e equipamentos da concessão.
- Garantia de execução - seguro que a Companhia deverá manter em favor da ANTT como



garantia do fiel cumprimento das obrigações.

- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais pessoais ou morais decorrentes das atividades abrangidas pela concessão.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil de administradores, reclamação por práticas trabalhistas indevidas, responsabilidade estatutária, aquisição e constituição de nova subsidiária, segurado em empresas afiliadas, custos de defesa. Os segurados são as pessoas físicas eleitas como administradores, diretores, membros do conselho da Administração, do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão regulador competente.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil, incêndio, danos elétricos, riscos comerciais relativos ao escritório sede, localizado na Rua Jacaratá, nº 106 - Caminho das Árvores, Salvador-Bahia.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil, incêndio, danos elétricos, riscos comerciais e produtos relativos a máquinas e equipamentos, tratores, retroescavadeiras, roçadeiras e caminhões.

### 30. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Corona Virus, "Covid-19" foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos.

Face ao cenário apresentado, a Companhia irá manter o monitoramento constante sobre a evolução do tema para verificar possíveis de impactos relevantes nas suas operações.

---

## Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, a Demonstração de Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, acompanhadas das notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Com base nos exames efetuados, constatando-se que os referidos documentos contábeis e societários refletem adequadamente os aspectos relevantes da situação patrimonial e financeira da VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A., e à vista do Relatório dos Auditores Independentes – Deloitte Touche Tohmatsu, emitido sem qualquer ressalva nesta data, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos examinados a serem submetidos à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Salvador, 27 de março de 2020.

**Reinaldo Cardoso da Silveira**

Conselheiro

**Manoela Cristina Silva Almeida**

Conselheira

**Rosany Nunes de Mello Nascimento**

Conselheira